

ADVERSO

ANO II, Nº 10 — AGOSTO, 1989

DOCUMENTO:
A EDUCAÇÃO NA
CONSTITUIÇÃO



Luiz Abreu

S.O.S. UNIVERSIDADE
construir ou remendar?

Opinião

CRISE NA E DA UNIVERSIDADE

Otilia Carrion *

A crise da Universidade e da educação, no Brasil, é fato incontestável; não obstante, precisa ser bem qualificada e objeto de permanente reflexão, com vistas a se traçarem as condições que permitam a superação do atraso e dificuldades hoje existentes. Em que consiste, pois, esta crise, quais são suas consequências, a quem interessa manter a situação atual do ensino brasileiro, são perguntas que devem ser feitas, ainda que não possam nem pretendam ser respondidas no espaço deste artigo.

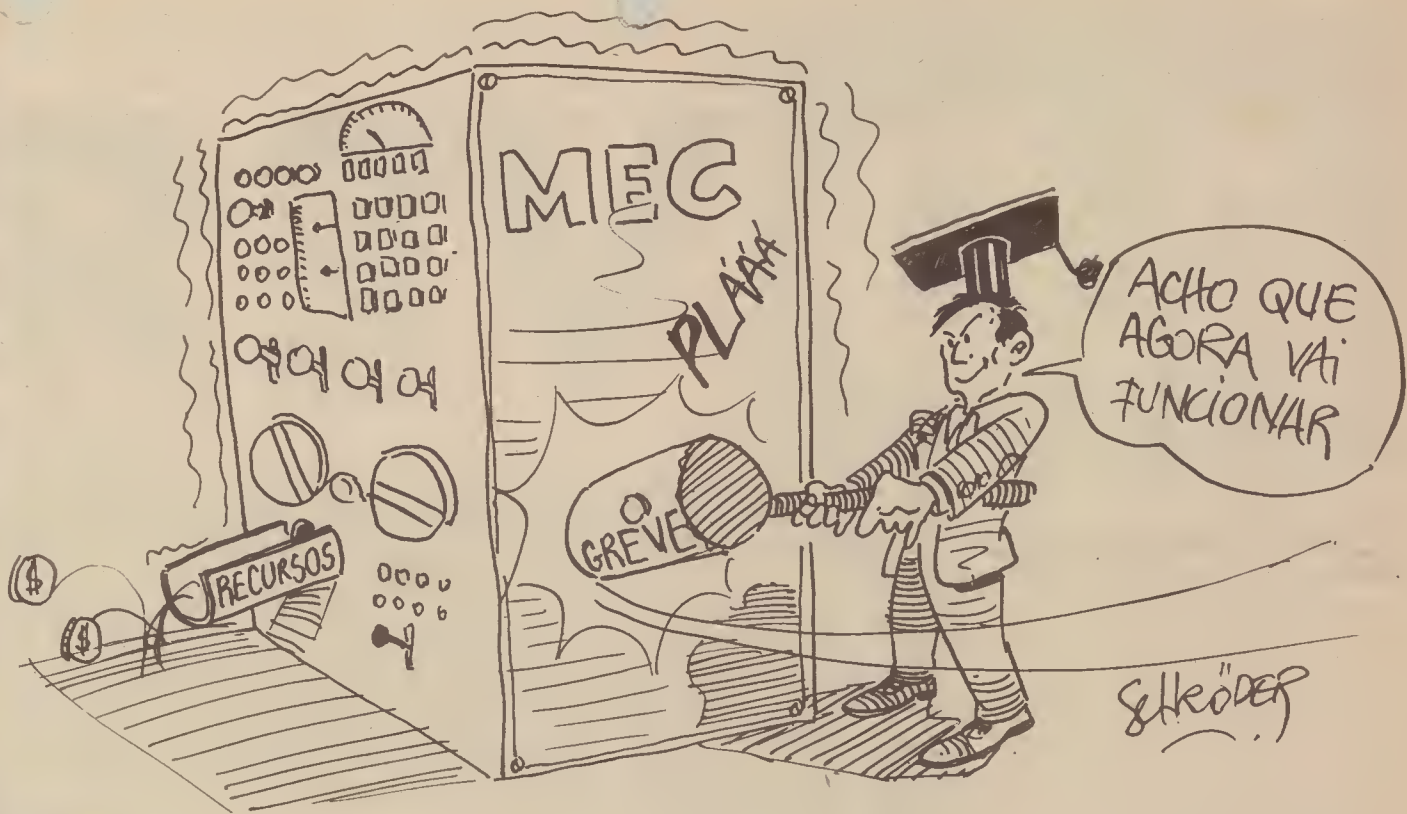
De um lado, tem-se a crise de uma forma de sociedade, de um modo de ser, agir e pensar, cujos efeitos se fazem sentir na Universidade através, por exemplo, da descaracterização e comercialização do ensino universitário (as escolas passaram a ser "fábricas de diplomas", de qualidade, ainda por cima, discutível); da falta de adequado apoio financeiro, no caso das escolas privadas; da insuficiência de verbas e/ou da má alocação de recursos (financeiros e humanos), no caso das públicas. De outro, tem-se a crise da própria instituição universitária: burocracia sufocante, acomodamento, despreparo de professores e alunos, falta de espírito crítico e de ambiente acadêmico, muita repetição, pouca criatividade e baixa produção científica.

Embora esta situação não seja de hoje, ela não só tende a se agravar, mantido tudo como está, como a atingir um ponto em que não apenas a qualidade do ensino ficará seriamente comprometida como a sobrevivência da Universidade ameaçada, devido às péssimas condições de funcionamento que as Instituições de Ensino Superior vêm enfrentando: máquinas, aparelhos e laboratórios universitários deixando de funcionar e simplesmente fechando, por falta de recursos para as manutenções de rotina; instalações em péssimo estado de conservação que, se feita uma vistoria rigorosa, acabariam interditadas; bibliotecas completamente desatualizadas; falta de material de consumo, mesmo o mais elementar.

Mas o que fazer diante disto? Agir por todos os lados e todas as formas possíveis, tentando romper com o imobilismo e com a desfaçatez de governantes que, pela sua incapacidade e cegueira, causam enorme prejuízo à Universidade e, por via de consequência, à nação brasileira, privando-a de centros universitários de bom nível, fazedores e não apenas disseminadores do saber e da ciência, tão necessários ao desenvolvimento do País.

Aos que questionam a validade da greve no meio universitário, como instrumento de pressão diante da intransigência dos poderosos, trago simplesmente o exemplo da Universidade de Paris que, já nos idos de 1229, não só previa o direito de greve em seus estatutos, como iniciou uma greve em sua duração de dois anos, em que não faltaram choques com a milícia real, da qual resultou a conquista definitiva de sua autonomia em relação aos poderes eclesiásticos e do rei (ver, a respeito, LE GOFF, Jacques. Os Intelectuais na Idade Média. São Paulo, Brasiliense, 1988). A despeito, portanto, da visão elitista que, comumente, tem-se da Universidade, a história mostra que sua trajetória foi marcada por momentos de ruptura, de enfrentamento do "status quo", quando seus interesses legítimos viram-se ameaçados pelos que não acreditam na força e tentam impor sua razão pela força.

* Economista, professora da UFRGS.



Cartas

EM DEFESA DA LIBERDADE

Cumpra-nos, através deste manifesto, a tarefa de relatar a seqüência de lamentáveis acontecimentos ocorridos na Faculdade de Veterinária da UFRGS no dia 29 de maio do corrente ano. Não poderia ser de outra forma em função da gravidade do fato. O protagonista, Prof. Jorge José Bangel Júnior, passou por cima dos fundamentos da democracia, desrespeitando os mais elementares princípios da dignidade humana.

O primeiro ato ocorreu na reunião dos professores não grevistas da Faculdade de Veterinária, onde o referido professor, de forma covarde, preconceituosa, difamatória e equivocada, agrediu verbalmente três membros de nossa comunidade universitária, neles identificando os seus segmentos (professora Ana, funcionário Gessi, acadêmico Laranja). Estas pessoas, por convicção pessoal, estavam engajadas na organização da greve da Universidade (Movimento S.O.S. UNIVERSIDADE), que reivindicava melhores condições de ensino nas escolas públicas superiores. Foi covarde ao atacar a professora Ana Maria Braga, evocando questões pessoais e particulares, além de não ter percebido o fato de que a pedagoga, profa. Ana Braga, desempenha uma função profissional específica que se soma às demais pessoas que aqui exercem suas atividades, contribuindo para o crescimento desta instituição. Foi prepotente ao agredir o funcionário Gessi do Couto, revelando um preconceito racial digno dos áureos tempos do Nazi-fascismo, fazendo observações pejorativas à etnia do funcionário Gessi. Foi difamador ao divulgar uma falsa idéia sobre o rendimento acadêmico do estudante Luis Fernando Laranja, visto que este possui um desempenho extremamente satisfatório, tanto nas atividades curriculares como extra-curriculares.

Ainda não satisfeito com o ocorrido, o professor Bangel invadiu a assembleia dos Estudantes da Faculdade de Veterinária da UFRGS, onde foi protagonista de um ato tresloucado. Com gestos obscenos e palavras de baixo calão, agrediu verbalmente o conjunto dos estudantes que, de forma organizada, realizava a assembleia. Dirigiu-se especificamente ao acadêmico Laranja que, no momento, coordenava a referida assembleia, fazendo acusações verbais, com o intuito de desestabilizá-la.

Isto posto, achamo-nos na obrigação de fazer esta denúncia, para que fatos como este não voltem a se repetir, ao mesmo tempo em que mostramos o nosso veemente repúdio a essas atitudes desperadas daqueles que não conseguem habituar-se à vivência da democracia, passando por cima dos mais básicos princípios da liberdade.

Assufrgs

Assufrgs

Assufrgs

Editorial

O movimento grevista que mobilizou as Instituições Federais de Ensino Superior a partir de 8 de maio deve ser avaliado tomando em consideração a sua natureza particular: a greve que envolveu professores, funcionários e estudantes foi essencialmente política, não no sentido do senso comum explorado pela grande imprensa e pelos grandes interesses vigentes no País, quando constroem uma diferenciação entre greve política e greve econômica, mas no sentido de ter sido a manifestação do conjunto dos segmentos que formam as IFES contra a política educacional que o grupo que domina a educação no País vem tentando há décadas. Existe um corte muito claro entre um projeto de privatização do ensino que cresce no interior dos diferentes Governos desde 1964 e o projeto de defesa do ensino público e gratuito das associações que reúnem categorias profissionais e os estudantes das IFES. Estas são duas posições políticas que trazem cada uma percepções antagônicas do que deve constituir-se o sistema educacional e, por decorrência, percepções antagônicas de projetos mais globalizantes para o Brasil.

Esta greve política foi vitoriosa, não porque derrotamos o projeto de privatização, mas porque avançamos qualitativamente na nossa luta contra esse projeto. A grande vitória foi aquela que talvez tenha passado despercebida aos espectadores menos atentos: conseguimos politizar a questão, conseguimos que as altas administrações das IFES deixassem de se comportar como "amigos do rei" tentando manter pequenos prestígios através de relações clientelísticas com a burocracia do MEC e com políticos dos partidos envolvidos com o Governo.

Esta greve foi vencedora, antes de qualquer outro ganho, porque estabele-

AValiação DA GREVE

ceu clara e publicamente campos de luta, fechando espaço para as administrações das IFES enquanto grupos políticos compostos por interesses particulares e obrigando-as a reaparecerem na cena apenas como representantes passageiros das Instituições que possuem longa história e que no momento são locus privilegiado de ataque da política de privatização.

Esta greve teve como interlocutor a Associação Nacional dos Docentes, que se coloca definitivamente como o local onde não somente se defende o ensino público e gratuito, mas onde se pensam as soluções. E, mais importante, onde se age politicamente, onde os problemas são colocados de forma coletiva e os enfrentamentos se dão na arena pública da luta política.

Poder-se-ia pensar a vitória da greve também por seus ganhos efetivos, mas na verdade acabaríamos sempre tendo de nos reportar à questão central. Vejamos pois três ganhos concretos desta greve: 1 — as vantagens conseguidas: aumento de verbas para as IFES, descongelamento de vagas; alteração da carreira; 2 — a publicação, através dos meios de comunicação, da situação de sucateamento das IFES; 3 — tomada de posição dos professores em relação às questões orçamentárias da Universidade, dos projetos de LDB e de estatutos internos das IFES. Poder-se-ia discurrir sobre a história de cada uma destas conquistas, histórias essas que ultrapassam em tempo a greve de 89, vitórias que foram construídas ao longo de um trabalho cotidiano das associações docentes, que resultaram de seus encontros e congressos.

Ao voltarmos ao trabalho, temos consciência muito clara que ganhamos mais

uma batalha a favor do ensino público e gratuito e nossa maior vitória foi aumentar o nosso grau de comprometimento com esta luta e nosso conhecimento de que o inimigo e forte é está sempre disposto a atacar. Cabe, pois, reforçar a discussão no interior da Universidade, buscar estratégias de luta, enfim, tratar politicamente uma questão política.

EXPEDIENTE

ADVERSO — Jornal da ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sede: Av. João Pessoa, 409 — 3º andar — Fone: (0512) 26.2719

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-Presidente: Renato de Oliveira
2º Vice-Presidente: Antônio Cláudio Nuñez
1ª Secretária: Leda Gobetti
2ª Secretária: Marcia Júlia Lopes
1º Tesoureiro: Darci Campani
2º Tesoureiro: Joacir Medeiros
Suplente: Adroaldo Gaya
Suplente: Rosemari de Oliveira

ADVERSO

Comissão editorial:
Renato de Oliveira
Marta Júlia Lopes
Eloína Santos
Mário Cabeda
Joacir Medeiros
Redação e edição: Raquel Ritter Longhi — RG nº 5911/23/32 RS
Diagramação: Mariceia Benetti
Composição, montagem e fotolito: Editora Fotoletas fone 33-2020

Um exercício de cidadania

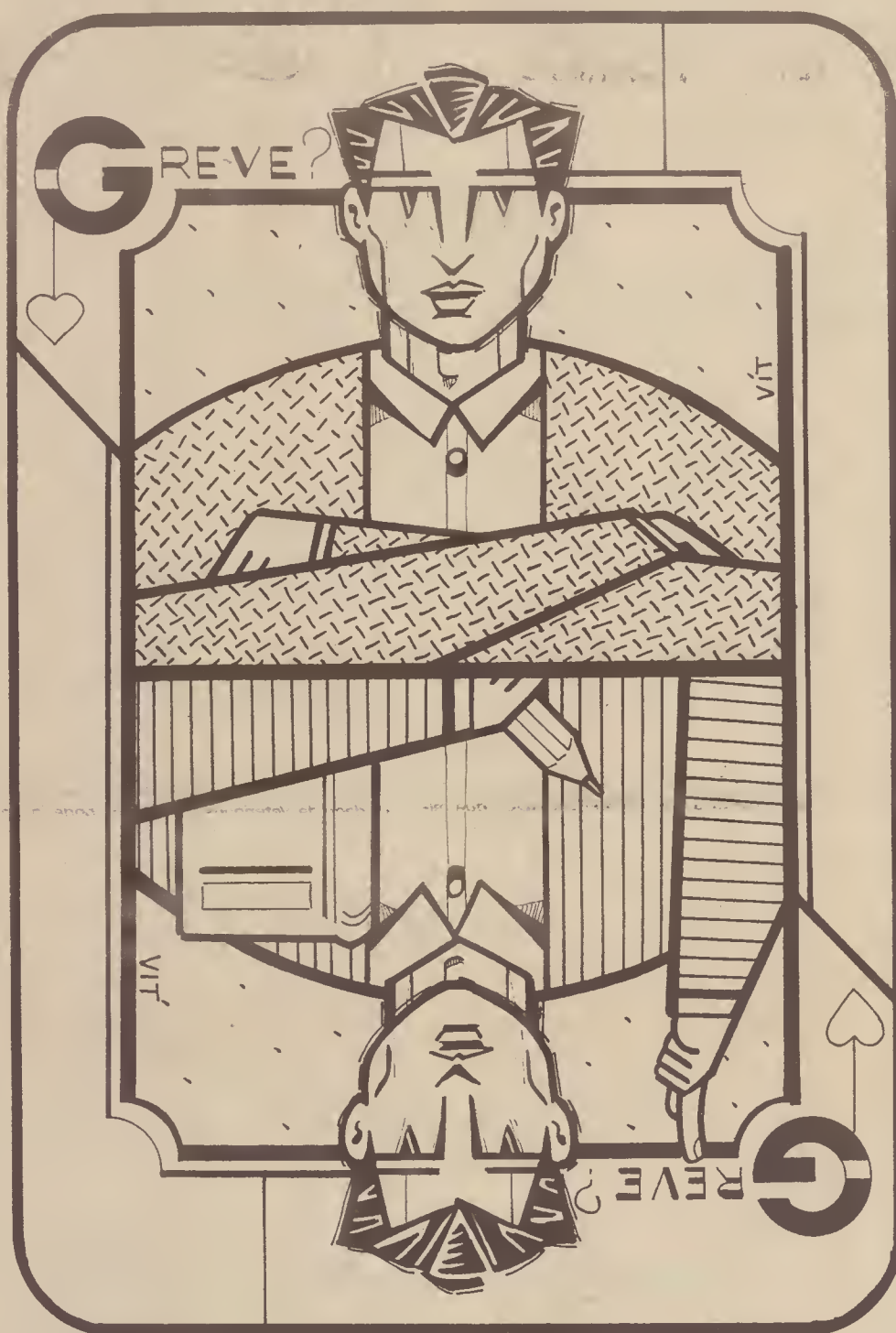
Afonso Ritter — A UFRGS está em greve. Mas é uma greve diferente, não são só alunos que protestam, professores e funcionários que reivindicam melhores salários, há tudo isto e mais alguma coisa. Que que há de diferente nesta greve?

José Vicente — Me parece que esta greve colocou, em primeiro lugar, algo que de alguma maneira estava presente em greves anteriores. Se refere à questão de mais verbas para a Universidade. O que nós vimos, é que uma palavra, que aliás foi cunhada pelos estudantes ainda em 85, passou a ser a palavra chave deste movimento, ou seja, a palavra sucateamento. Eu diria que esta greve foi uma greve da exaustão, uma greve em que o limite da capacidade de improvisação dos professores, funcionários e dos estudantes, chegou a um termo. Cada um de nós nunca deixou de dar suas aulas, de assistir suas aulas, de fazer suas pesquisas, mesmo em condições precárias. Sempre tivemos uma certa capacidade de improvisação que é um pouco resultado da própria profissão, de educador e de cientista. Mas eu diria que esta greve representou o limite desta improvisação, portanto ela coloca em primeiro lugar a questão do não-sucateamento da Universidade, a questão da sua preservação, e neste sentido, reivindicar 27 por cento do orçamento para fins de custeio e de capital da Universidade representa fundamentalmente preservar a Universidade enquanto escola pública e gratuita. Este me parece ser o centro desta greve e é por isto que há seis semanas, nós interrompemos nosso trabalho, comunidade acadêmica

RITTER — E a Reitoria, o que acha disso?

ALVARO — Eu diria o seguinte: esta greve é diferente de outras das quais participamos. É uma greve muito específica. Nas greves anteriores, nós lutamos contra Governos fortes e duros e que tinham uma certa política educacional e econômica, e então nós conseguimos apesar de tudo, nos unir, de modo que eram greves coesas, greves que iam a cada reunião juntando mais pessoas, mais professores, de modo que quando chegávamos ao final da greve eram reuniões de 400 a 500 professores às vezes. Esta greve eu diria que é uma greve das indefinições, indefinição não só no sentido de que as três categorias foram interrompendo as suas atividades em épocas diferentes, também dentro das próprias categorias houve discordâncias, houve votações, quer dizer, uma greve parcial. Tenho a impressão que isto tem algo a ver com o nosso opositor, contra um Governo forte a gente faz uma greve forte, contra um Governo indefinido a própria greve se torna indefinida. Eu preferia dizer sobre este aspecto que é uma greve de muitas indefinições. De fato, nós estamos sentindo a falta de uma política econômica, de uma política salarial e de uma política para a Universidade no Governo. E, afinal de contas, na medida em que são Universidades públicas, dependem do Governo, dependem de uma política. E não há de ser no quinto ano do Governo do Presidente Sarney que sairá esta política; por isso também muitos entraram na greve ou deixaram de entrar simplesmente por ceticismo.

Este debate foi realizado numa edição especial do programa "Por Volta do Meio-Dia", da Rádio da Universidade, produzido por alunos do curso de Biblioteconomia e Comunicação, e que foi ao ar dia 20 de junho. Sob coordenação do jornalista Afonso Ritter, o debate teve como participantes: Maria de Lourdes Mendonça, presidente da Associação dos Servidores; José Carlos Garcia, secretário-geral do DCE, prof. José Vicente Tavares dos Santos, do Comando de Greve dos professores, e prof. Álvaro Valls, chefe de Gabinete da Reitoria.



RITTER — A segunda questão que eu queria levantar é sobre os objetivos da greve, se eles estão sendo atingidos, e em que pé estão as negociações.

JOSÉ VICENTE — Do ponto de vista do movimento docente, eu gostaria de ressaltar que esta é a sexta greve que o MD faz desde 1980, e é preciso compreender que esta década praticamente de greves, ela é responsável pelo fato de hoje nós termos uma Universidade pública que por exemplo, consegue desenvolver 90% da pesquisa científica neste País. Eu me lembro da primeira greve, em 1980, em que as pessoas diziam "a missão do professor é de ensinar, ele não pode fazer greve porque ele tem uma vocação". Ora, isto é uma ideologia neo-liberal que o MD ao longo de 10 anos destruiu, mostrando que era um mito, que era uma ideologia, que o professor é também um assalariado.

RITTER — Isso você considera uma novidade e um resultado positivo des-

te movimento da década de 80. Antes não existia esta consciência.

JOSÉ VICENTE — Antes havia professores que se destacavam por suas posições políticas, tanto que nessa Universidade em 1964 e 1968 houve expurgo de mais de 30 professores. A Associação dos Docentes publicou um livro chamado Universidade e Repressão aos Expurgos da UFRGS em 1979, que era exatamente mostrando o quanto a repressão estava internalizada na Universidade. Me parece que a década de 80 mostra a construção de um direito do professor de ter um salário digno, juntamente com os funcionários. E acho que se mostrou que o ser educador e participar do processo educativo enquanto funcionário ou professor mostra que isso é um direito, direito de cidadania.

RITTER — Quer dizer, uma democratização daquilo que antes era privilégio de alguns excepcionais professores e pesquisadores, agora se tornou uma

consciência coletiva do grupo, dos seguimentos diferentes.

JOSÉ VICENTE — Foi das greves que se conseguiu um plano de cargos e salários que assegura uma carreira tanto para o professor como para o funcionário, isso é uma dignificação do serviço público. Agora, o que é diferente nesta greve, é que se contra o que nós poderíamos chamar de uma razão cínica, que diria que era impossível fazer alguma coisa diante do atual Governo, nós mostramos que somente seria possível fazer alguma coisa através da via tradicional da política brasileira que é o clientelismo. O professor Alvaro mesmo mostrou agora, que as suplementações sempre são tratativas caso a caso, e sabemos como funciona esta Brasília de hoje. Eu acho que um dos produtos educativos desta greve foi exatamente mostrar que nós não acreditamos mais, e nós condenamos as práticas clientelistas da Universidade em relação ao governo central e dentro da Universidade. Quer dizer, eu acho que esta greve mostra que devemos construir uma cidadania, em que a greve é uma reivindicação por direitos e não a demanda de um favor. Nós somos contra o favor, não queremos favor, o que queremos são direitos, o direito de poder ter um salário digno para trabalhar no ensino, o direito de poder ter laboratórios para administrar um ensino de qualidade, o direito de poder ter equipamentos básicos para que o ensino não seja um simulacro, porque quando eu falava antes da exaustão da nossa capacidade de improvisar, era que nós começamos a perceber que ensinar não é apenas estar presente numa sala de aula, ensinar é produzir e reproduzir conhecimento e as atuais condições da Universidade não nos permitiam mais isto.

MARIA DE LOURDES — Acho que foi uma greve diferente, porque ela foi além do economicismo das greves economicistas, nós funcionários da UFRGS justamente tivemos várias greves economicistas, refletimos muito sobre o papel da Universidade na sociedade e inclusive o Governo nos deu 30% de aumento há um mês atrás. Aqueles 30% de aumento não mexeu com a categoria na ocasião, nós estamos em greve por mais verbas para a Universidade, não só para garantir os nossos próprios empregos, mas é interessante que nesse processo todo os funcionários começaram a ter debates e reflexões sobre o papel da Universidade na sociedade e também sobre o trabalho de cada funcionário refletir: "eu estou fazendo o quê e para quem?". Em cima desta meta foi que a gente construiu esta greve. Acho que realmente esta greve de agora foi uma greve política mesmo. Muitas pessoas até acusam: "Olha, a greve é política". É política sim, e toda greve é política; até a greve para salários é política, e através da política que realmente a gente tem que conseguir alguma coisa.

JOSÉ CARLOS — Eu queria tecer algumas considerações sobre se a greve atinge ou não seus objetivos, partindo da avaliação do professor Alvaro sobre o fato de a nossa greve ser uma greve de indefinições. Eu discordaria um pouco de duas afirmações que ele fez. A primeira, de que contra governos indefinidos as greves são também

indefinidas. Gostaria de lembrar que nos dias 14 e 15 de março deste ano se fez a maior greve geral da história do País, e que não era total, porque pouquíssimas greves na história do movimento operário são absolutamente totais. Normalmente, a regra de qualquer movimento grevista em linhas gerais é ser parcial. O que se mede então é a abrangência ou não da adesão ao movimento. Eu atribuiria as eventuais disparidades de adesão, ou uma adesão não muito homogênea a nível da Universidade a esta greve, a dois fatores principais. O primeiro, seria uma certa apatia em diversas Universidades frente à eficácia da sua mobilização. Por exemplo, aqui na UFRGS, o resultado das eleições para Reitor, no ano passado. (Gostaria de início, afastar um certo preconceito que se procura criar com relação ao movimento estudantil, de que os estudantes em todo lugar que vão, tocam no maldito assunto das eleições do ano passado, mas é que para nós isso tem repercussões necessariamente. São coisas que estão muito ligadas e a história das eleições para Reitor repercute muito na nossa mobilização deste ano). O ano passado se viu debates bastante massivos por toda a Universidade, pessoas que acreditavam naquele processo de mobilização, que era inclusive oficial, respaldado pelo Conselho Universitário, e o resultado concreto que se obteve daquilo foi a nomeação de alguém que não foi o mais votado, e não se pode dizer que isso não tem nada a ver com este movimento de greve ou com qualquer outra mobilização na Universidade. As pessoas, na verdade, põem em cheque inclusive se vale a pena se mobilizar por alguma coisa que pode parecer muito concreta, mas que depois pode ser tirada da mão delas. Então isso, num País como o nosso, onde normalmente as leis saem, mas não "colam" ou onde as coisas vão acontecendo, o Governo promete mas não cumpre, e diversas outras coisas que acontecem neste País, isso trabalha muito também com a subjetividade das pessoas que se mobilizam num determinado meio social.

RITTER — Na palavra do representante da Reitoria, os objetivos foram atingidos?

ÁLVARO — Eu concordo totalmente com a Maria de Lourdes quando ela fala que esta greve realmente chegou a uma patamar de uma superação daquilo que ela chamou de economicismo, quer dizer, esta greve não é simplesmente uma greve salarial, uma greve corporativa, é uma greve em defesa de um patrimônio importantíssimo pro nosso País. Quando o Zé Vicente colocou que 90% da pesquisa feita no Brasil é realizada em Universidades públicas, isso é um dado importantíssimo. Houve um projeto de sucateamento da Universidade quando se tentou acabar com a pesquisa, inclusive acabando com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Por aí, há um projeto indefinido, meio sub-reptício, contra o qual todos nós estamos lutando.

RITTER — O Zé Vicente tinha uma questão a levantar, a respeito de uma questão apontada pelo professor Álvaro.

JOSÉ VICENTE — No bojo desta greve, se discutiu muito a questão do artigo 207 da Constituição Federal, da autonomia da Universidade, mas eu gostaria de lembrar que o movimento docente desde 1978 e 1979, ele sempre colocou a autonomia ligada à palavra

democratização, e democratização, nesta greve, foi discutida em dois níveis. Primeiro, foi discutido a nível interno da Universidade, porque um dos sub-produtos do regime militar foi a criação de um incitamento burocrático dentro da Universidade, onde professores e talvez alguns funcionários sempre tiveram como a sua carreira a burocracia, e não a sala de aula, e não a ciência. Para muitos professores, o cargo de administrador não é um cargo passageiro e acidental, mas faz parte de sua própria carreira. Isso nós sempre denunciávamos que é a criação de um incitamento burocrático, e exatamente o que houve o ano passado quando foi eleito reitor o professor Alceu Ferrari pela comunidade universitária em regras que o próprio Conse-

mero de matrículas congelados na mais de 10 anos em 15 ou 16 mil estudantes. Isto é uma afronta, uma negação da função da Universidade. Em segundo lugar, é preciso que a Universidade responda às demandas sociais. Nós tivemos a oportunidade de discutir durante esta greve com representantes do Movimento Negro, do Movimento dos Sem-Teto e dos Sem-Terra, com o Movimento de Mulheres, e assim por diante, e todos eles perguntaram para que serve esta Universidade? Nós temos que responder a isso.

MARIA DE LOURDES — Tenho uma intervenção ao professor Álvaro. Eu acho que tem que deixar bem claro que os três segmentos estão em greve por mais verbas para a Universidade, inse-

cidade e o poder que esta sendo discutido dentro da greve.

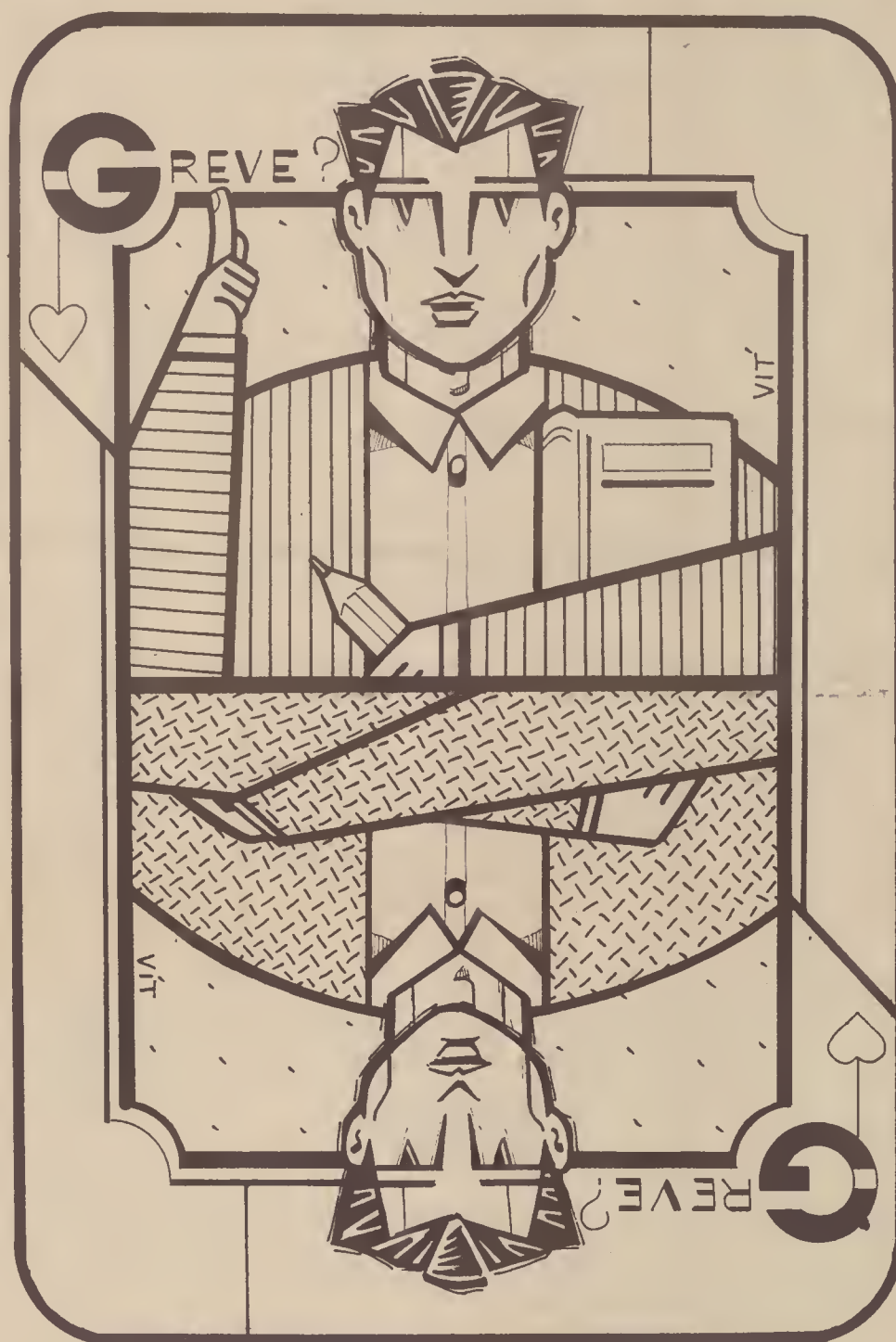
RITTER — Nesta conclusão, poderíamos falar das expectativas ou do que não foi falado durante o debate.

JOSÉ VICENTE — Eu gostaria só de lembrar que um dos produtos que esta greve está tendo, é que pela primeira vez professores, funcionários e estudantes reunidos nas suas Unidades definiram suas necessidades. As necessidades vão muito além do Orçamento existente, porque ele já subtraía uma série de atividades essenciais da Universidade. Nós sabemos que todos aqueles professores que conseguem verba de pesquisa em agências financiadoras, grande parte desta verba vai para o pagamento de atividades regulares, que são de obrigação da Universidade. Eu acho que esta greve está tendo uma contribuição fundamental para a defesa da Universidade Pública. Esta greve pela primeira vez reuniu os três segmentos defendendo aquilo que o clientelismo não conseguia mais, e que não consegue mais, que é a defesa da Universidade, que é a defesa enfim da possibilidade de que a educação seja um valor primordial na sociedade brasileira.

RITTER — Quer dizer que esta é uma greve que marcou, que representa um marco na Universidade pública brasileira. É isto, José Carlos, qual a tua expectativa?

JOSÉ CARLOS — Eu tenho também esta impressão, ou seja, de que a partir do momento que foi uma greve que conseguiu ter um impacto nacional, que pelo menos que eu tenha conhecimento não tinha tido anteriormente com tamanha adesão a nível nacional, com comandos unificados em boa parte das universidades, que conseguiu romper com o economicismo, em muitas universidades conseguiu romper com o corporativismo que existia entre as categorias, me parece que esta greve tem um significado histórico bastante importante. Eu tenho certeza que um dos frutos principais que esta greve já traz é uma vontade consciente, uma vontade deliberada pelo menos das direções dos três segmentos, de procurar unificar os seus movimentos num nível mais estratégico, mais de longo prazo como uma forma de garantir a própria visão do que seja uma universalidade de conhecimentos. Uma vontade de promover um projeto diferente de Universidade que possa produzir um tipo de conhecimento também diferente, e esperamos nós também por uma sociedade diferente do que essa sociedade que a gente tem aí, tão problemática à nossa frente.

ÁLVARO — Só rapidamente, eu queria talvez começar por uma comparação. Dizem que quem passa por uma experiência de um perigo de vida muito grande, ou seja, que chega a ver a morte pela frente, depois desta experiência costuma viver assim de uma maneira muito mais radical, sabendo o que ele quer, eu acho que este ano a Universidade pública sentiu este perigo de um sucateamento, quer dizer, depois de 4,5% de OCC no ano passado, 2,3% neste ano e a tendência a piorar, vimos que a Universidade estava a perigo. Eu espero, nós todos esperamos, que a partir da saída deste "sufoco", a gente se concentre naquilo que realmente é fundamental na Universidade, como pesquisa, como a transmissão do saber, etc deixando de lado aquele ranso corporativista que existe ainda na nossa Universidade.



lho Universitário definiu, houve regras do jogo que todos cumpriram menos um. Ora, aquilo demonstrou o quanto democratizar deve ser expresso em práticas políticas concretas. Os movimentos têm essa memória, eles continuam defendendo regras do jogo democrático, e os movimentos sempre a cumpriram, nunca faltaram ao compromisso. Mas esta greve mostrou além disso, que democratização é também democratização da Universidade em relação à sociedade global, ou seja, a autonomia frente ao estado, mas não é autonomia frente à sociedade. Então, cabe a nós discutir qual a participação que diversos segmentos da sociedade civil devem ter, e primeiro democratizar o acesso à Universidade. É um absurdo que a UFRGS tenha o seu nú-

rido nisto está uma questão que nós discutimos sempre. Nós vamos conseguir mais verbas, e o que vai acontecer com estas verbas, quem vai gerir essas verbas é a Administração da Universidade. Então nós queremos a participação no controle destas verbas, aí então se discute o poder da Universidade. Por isso, quando o professor Álvaro colocou que o eixo de greve dos estudantes era diferente, não se trata disto, são coisas que estão inseridas no eixo principal. A Administração sabe que ela vai pagar e está pagando um ônus político muito caro pelo processo que não foi respeitado dentro da UFRGS. Então, nos debates, sempre vai aparecer, isso vai ser sempre cobrado pelos três movimentos, este desca-

CONSTRUIR OU REMENDAR?

O professor Ernani Maria Fiori, em 1962, durante o Seminário de Reforma Universitária promovido pela UEE — União Estadual de Estudantes, apresentou idéias fundamentais sobre Universidade, algumas das quais são a seguir transcritas. (Fonte: UEE. Cadernos de Reforma Universitária, 1. Porto Alegre, 1962, 49p.). "(...) a Universidade é o centro da máxima consciencialização do processo cultural, e a cultura é a alma da civilização. (...) e a cultura, ao tomar a dimensão da cidade, feição política em sentido amplo, faz-se civilização. Assim entendidas, a cultura é a alma da civilização, e o centro consciente de elabora-

ção e renovação da cultura é a Universidade. Vê-se, logo, a importância extraordinária da Universidade no contexto social. Uma revolução na Universidade não é, pois, revolução dentro das paredes de uma casa de ensino, mas sim no centro mesmo, centro vital de toda a cultura e de toda a civilização. (...) A Universidade é produto vital da cultura. Por isto, é sociedade que se realiza e que se deve realizar, organicamente, com espírito vivamente comunitário, de comunidade. Em contraposição à voz sociedade, que perdeu seu conteúdo através de uma história de individualismo, prefiro falar em sociedade com espírito co-

munitário ou comunidade. (...) Em vista dessa união, dessa ligadura radical que há entre processo universitário e processo social, a Reforma Universitária é também reforma das estruturas sociais.

Verifica-se, aqui, mais uma vez, a circularidade das causas, antes lembrada, a outro propósito. Por quê? Porque, reformando a estrutura universitária, estaremos atingindo a cultura em seu fulcro, e a civilização em toda sua amplitude.

Por sua vez, toda reforma que se fizer no campo da civilização vai repercutir na cultura e ter ressonâncias no centro consi-

ciente da cultura, que é a Universidade".

Durante a greve de 1984, diante de mais de 600 pessoas presentes ao ato realizado em "Defesa da Universidade Pública e Gratuita", realizado no Salão de Festas da Reitoria da UFRGS, citando Nietzsche e afirmando-se um filósofo não-nietzschiano, Fiori disse que aquela Universidade, tal como era, não deveria ser defendida. Deveria ser destruída, tijolo por tijolo, e uma nova Universidade, em outras bases, deveria ser construída.

De 1984 até agora, nada mudou. Por outro lado, essa é também a utopia do Movimento Docente.

APOIO DOS PARLAMENTARES

Em maio último, quando foi criado o Movimento Nacional em Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia, a greve dos docentes, funcionários e estudantes nas Universidades públicas brasileiras era uma das 600 greves existentes no País. Formado inicialmente pelas entidades defensoras do ensino público, como a ANDES — SN, FASUBRA, UNE, CNTES, CRUB, e alguns parlamentares, o Movimento foi levado para a Tribuna da Câmara e do Senado, e lançado oficialmente dia 31 de maio, no Salão Negro do Congresso Nacional. A partir de então, com a adesão de vários parlamentares de diversos partidos, especialmente os progressistas, o Movimento conquistou sua primeira vitória, fazendo com que a greve das universidades federais recebesse atenção especial do Congresso.

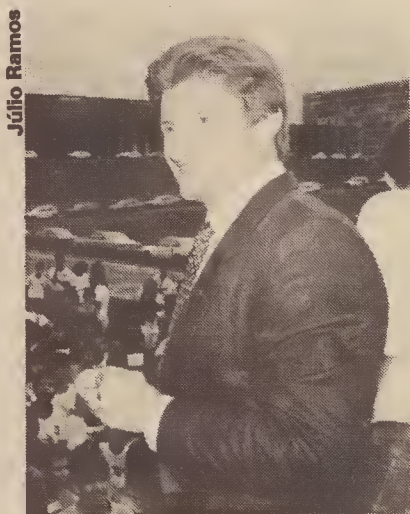
A análise foi feita pelo deputado federal Hermes Zanetti (PSDB-RS), um dos principais promotores do Movimento, que agora busca também o apoio de outras entidades da vida civil, como OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, ABI — Associação Brasileira de Imprensa e CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e ainda das centrais sindicais".

A criação do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Público, Ciência e Tecnologia, surgido numa situação de crise, teve importância fundamental naquele momento, de acordo com Zanetti, porque "através dele, foi possível forçar o Poder Executivo a sentar para discutir a questão da crise da Universidade, de OCC, e também os problemas de carreira, remuneração e contratação de docentes e funcionários". A presença de um número expressivo de parlamentares numa reunião com o Ministro da Educação, lembra Zanetti, fez o Poder Executivo recuar de suas posições iniciais, retomar o processo de discussão e encaminhar o equacionamento minimamente aceitável da questão da crise da Universidade. Para o deputado, isso representa "que o Congresso Nacional, tendo suas prerrogativas e seu poder de volta, podendo inclusive discutir questões orçamentárias e tendo lá dentro uma expressão significativa de parlamentares, pode estar aí seguramente um caminho para a equação dos problemas graves que vive a Universidade brasileira. Agora, é preciso não deixar que o Movimento Nacional em Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia não se restrinja ao Congresso Nacional. Ele deve ser visto como uma ponta por onde vão passar algumas tantas das soluções para a Educação. Mas isto também depende da pressão que a própria sociedade civil possa fazer e que movimentos organizados em defesa da Educação, Ciência e Tecnologia possam fazer".

Após o momento crucial de crise pelo qual passou a Universidade, o Movimento agora deve ser, para Zanetti, um Movimento que "possa prevenir situações de



crise, ou seja, ao invés da Universidade ter que parar, ou pela greve para ter condições de funcionar, ou porque não tem condições de funcionar, se possa criar condições para que a Universidade possa desenvolver o seu papel com os recursos necessários a um adequado projeto de trabalho na Universidade".



Deputado Hermes Zanetti

CRÔNICA DE UMA GREVE ADEQUADA

prof. José Vicente Tavares dos Santos - IFCH

Depois das semanas em greve, cabe repensar os significados por ela moldados, tanto ao nível global quanto para cada unidade da UFRGS. A reivindicação por mais Verbas para a Universidade desvelou a situação de sucateamento dos diversos Institutos e Faculdades, os quais estão em um estado de tal forma crítico que espantou os próprios professores: foi como se, de súbito, pudéssemos conhecer o outro lado daquilo que vivíamos, servindo a greve como um momento de estranhamento pedagógico. Assim também sucedeu para a opinião pública, pois, quatro semanas em greve, os meios de comunicação começaram a mostrar a realidade das instalações da UFRGS. Pudemos, então, lançar um S.O.S UNIVERSIDADE, dramático apelo de salvaguarda do Ensino Público.

No entanto, a mobilização também tornou-se importante na medida em que indicou uma outra forma de pressão junto ao Estado que não o tradicional clientelismo que marca a administração pública brasileira. A ação política de uma categoria sócio-profissional, os docentes universitários, em conjunto com os funcionários ativos e com os estudantes, tal pressão política conseguiu, neste melancólico final de Governo, fazer ver, ao Executivo como também ao Legislativo, a necessidade de preservar os centros geradores de ensino, pesquisa e extensão. A formação de uma Frente Parlamentar de Defesa da Educação Pública, da Ciência e da Tecnologia consolida um fórum permanente de discussões acerca do significado e da função da Universidade na sociedade brasileira.

Devemos ainda lembrar duas outras conquistas referentes à carreira. A abertura de vagas, para funcionários e para professores, ainda que em números reduzidos para as necessidades de reprodução dos efetivos, possibilitou descongelar um estado de asfixia. Por outra, o aumento da gratificação para dedicação exclusiva valoriza a profissão do Docente Universitário, ainda que isto não tenha sido estendido, inexplicavelmente, aos professores do 1º e 2º grau, das Universidades Federais.

Relacionando essas duas dimensões, percebemos que está em jogo a

qualidade do ensino e da pesquisa, pois a remuneração adequada dos docentes e funcionários e o suprimento de verbas são condições necessárias para elevar a qualidade. Entretanto, não se trata de uma competência suposta e concebida como um atributo inerente, que seria o privilégio de uma autodenominada elite. Trata-se de uma qualificação dos docentes universitários que é um processo permanente, uma habilitação que deve estar sempre em prova, pois a ciência e a arte contemporâneas são definidas por uma permanente revolução de seus paradigmas e padrões de qualidade. A qualidade supõe a avaliação vigilante realizada por todos os segmentos da Universidade. Portanto, além daquelas condições acima descritas, precisamos definir as regras desta condição suficiente: a qualidade, sempre em ato, do ensino e da pesquisa na Universidade.

A greve deixou transparecer isso: em todas as comissões responsáveis pela organização, em todos os debates e discussões havidos, sempre estiveram presentes professores de todos os níveis da carreira, dos auxiliares aos titulares. Assim como, lá estavam tanto os professores em curso de titulação quanto os mestres e os doutores; e desde os membros de colegiados quanto chefes de departamento, coordenadores de curso de pós-graduação e diretores de Unidades. Poderíamos dizer que a greve foi um momento de hegemonia do movimento docente na defesa da Universidade Pública e da qualidade do ensino e da pesquisa.

Se foi uma greve adequada, devemos agora olhar o futuro. Toda a sociedade começa a debater a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cabendo-nos discutir a posição da Universidade no conjunto do Ensino brasileiro. Na UFRGS, deparemos-nos com a questão da Estatuinte Univesitária, discussão não desligada daquela, para a qual precisamos não só exigir sua convocação como também preparar nossas teses e argumentações. Deste duplo debate, dependerá o futuro da Universidade, para o qual nossa participação enquanto cidadãos e educadores será fundamentalmente um ato de construção de cidadania.

HISTÓRIA

14 de fevereiro — É aberto o VIIIº Congresso da ANDES, primeiro como Sindicato Nacional, na USP — Universidade de São Paulo. O Movimento Docente reunido no Congresso aprova, entre outras coisas, o indicativo de greve das IFES — Instituições Federais de Ensino Superior. O indicativo é confirmado nas reuniões do setor das Federais em Brasília, dias quatro e 18 de março, quando o quadro de crise das IFES tendia a se agravar. As reuniões do Setor aprovam também, a reativação da campanha SOS Universidade nas AD's. Estabelecida a pauta de reivindicações do Movimento Docente: a) 27,8% de OCC — Outros Custeios e Capital e mais verbas para Ciência e Tecnologia em 1989; b) Fim da política de demissões; c) Abertura de concurso para docentes e contratações dos já concursados; d) Reposição salarial, em abril, de 59,74%, acrescida do índice do custo de vida (ICV) do DIEESE de março; e) aposentadoria integral e paritária com os da ativa; f) carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus. O indicativo de greve seria discutido pelas bases do Movimento nos meses de março e abril, a partir das posições do MEC.

28 de março — É protocolada no MEC — Ministério de Educação, a pauta de reivindicações do Movimento Docente. prazo para resposta: cinco de abril.

5 de abril — O MD não obtém resposta do Ministério. O ministro Carlos Sant'Anna desmarca audiência com o MD.

13 de abril — "Dia Nacional de Luta — Contra a Destruição do Ensino Público" — Na UFRGS, as entidades representativas dos docentes, funcionários e estudantes promovem uma Reunião da Comunidade Universitária, com a presença de um representante da Reitoria. À noite, é realizado um Ato Público das três entidades no Sindicato dos Bancários.

19 de abril — Indicativo de greve nacional das IFES aprovada nas seguintes Universidades: Amazonas, Pará, Acre, Piauí, Paraíba, Alagoas, Uberaba, Viçosa, São Carlos. Contra o indicativo, estavam: Goiás, Espírito Santo, Federal do Rio de Janeiro. As demais IFES ainda não haviam deliberado.

Os servidores técnico-administrativos, representados pela sua entidade nacional, a FASUBRA, entram em greve.

24 de abril — Audiência da ANDES — SN com ministro Carlos Sant'Anna, do MEC, e titular da Secretaria de Ensino Superior — SESU, Édson Machado.

Sem respostas, MEC pede tempo para estudar a pauta de reivindicações.

25 de abril — Aprovam indicativo de greve: Maranhão, Mato Grosso, Brasília e São João del Rei/MG.

26 de abril — Assessor do Ministério do Trabalho informa que política salarial dos servidores dependeria da SEPLAN — Secretaria do Planejamento. Diz também que MEC quer priorizar estudo da autonomia universitária, que poderia colocar vários itens da pauta de reivindicações no âmbito das IFES.

27 de abril — Os servidores técnico-administrativos da UFRGS entram em greve, acompanhando o movimento nacional que contava com 18 Universidades já paralisadas.

Professores, alunos e funcionários das IFES de Viçosa/MG, Rio Grande/RS, São Carlos/SP e Acre estão em greve.

28 de abril — Audiência com Ministério do Trabalho. Ministra Dorothea Werneck aponta necessidade de discussão da autonomia universitária. Sobre salários, diz que há falta de caixa do Governo.

3 de maio — Em audiência com SESU, ANDES — SN leva a posição do MD quanto às respostas do MEC: inaceitável.

Rosane Talayer de Lima



Ato Público na Assembléia Legislativa

ção salarial dos docentes ocorrerá junto com a dos servidores públicos federais.

Entram em greve as IFES de: Pelotas/RS, Maranhão e Mato Grosso — Campus Rondonópolis.

5 de maio — AG dos docentes aprova indicativo de greve para oito de maio por 167 a favor, 104 contra e 12 abstenções.

6 e 7 de maio — Em Brasília, ANDES

Estudantes da Faculdade de Agronomia entram em greve.

11 de maio — Últimas adesões à greve: Amazonas, Sergipe, Ouro Preto/MG, Fluminense/RJ e Santa Maria/RS.

Em assembléia Geral, estudantes da UFRGS entram em greve, acompanhando o movimento nacional.

A paralização, na UFRGS, atinge totalmente as Faculdades de: Educação, Instituto de Artes, Educação Física, Colégio de Aplicação e Projeto Prelúdio. Não estão em greve: Medicina e Direito. As demais Faculdades têm paralisações parciais.

O Movimento dos servidores, a nível nacional, têm 39 IFES em greve, e o dos estudantes, 12.

Reunião em Brasília com Ministério do Trabalho. Sem avanços.

14 de maio — No Brique da Redenção, representantes dos três segmentos em greve na UFRGS fazem panfleteação, entregando um manifesto à população sobre os motivos da paralisação.

18 de maio — Sarney, ante à pressão dos militares por reposição salarial, concede 30% de reajuste ao funcionalismo público.

Aderem à greve: Rural de Pernambuco, Paulista de Medicina e Bahia.

Na Comissão Mista de Orçamento da Câmara Federal, em Brasília, ministro da Educação faz uma exposição sobre LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias e exige o MEC de responsabilidades frente à crise nas IFES e ignora a greve.

19 de maio — Em audiência com ANDES-SN, FASUBRA, ministro Carlos Sant'Anna diz que a greve têm reivindicações prosopopéicas, e que as verbas de OCC têm crescido 15% nos últimos anos. ANDES prova o contrário.

20 de maio — Sarney lança a Medida Provisória nº 56, que concede reajuste de 30% aos servidores civis e militares, retroativo a primeiro de maio sobre salário de abril.

22 de maio — Performance SOS Universidade no Instituto de Artes da UFRGS.

23 de maio — Lançado em Brasília o Movimento da Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia, com o apoio de mais de 30 parlamentares.

Em Brasília, ANDES-SN, FASUBRA e UNE lançam Manifesto à população "SOS Universidade Pública" em jornais do centro do País.

Rosane Talayer de Lima



Manifestações no Brique, em Porto Alegre

veis. Docentes insistem em manter aberto o canal de negociações.

Em Assembléia Geral no auditório da Faculdade de Economia, os docentes da UFRGS discutem indicativo de greve para oito de maio. Frente à necessidade de discutir o assunto nas Unidades, nova Assembléia é marcada.

4 de maio — Audiência com Ministra do Trabalho. Dorothea afirma que negocia-

— SN e AD's Seções Sindicais lançam o "Manifesto em Defesa da Universidade Pública e Gratuita".

8 de maio — Os docentes da UFRGS, acompanhando o movimento nacional das IFES, entram em greve por tempo indeterminado ao lado das Universidades Federais de: Rio Grande/RS, Pelotas/RS, Acre, Pará, Maranhão, Uberlândia/MG, Viçosa/MG, São Carlos/SP, Mato Grosso (Campus de Rondonópolis), M.G. do Sul, Ciências Agrárias do Pará, Juiz de Fora, Piauí, Ceará, Mossoró/CE, Rio Grande do Norte, Cajazeiras/PB, Campo Grande/PB, Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Brasília, CEFET, Rio de Janeiro, São João del Rey/MG e Santa Catarina.

9 de maio — Aderem à greve as IFES de Paraná. Bahia e Espírito Santo.

10 de maio — Comando local publica o primeiro Boletim de greve. Seriam publicados mais doze Boletins ao longo da paralização.

As 24 Unidades da UFRGS iniciam o trabalho de levantamento de suas necessidades básicas, coordenados pelos Conselheiros da ADUFRGS. MEC pede que Universidades enviem lista das necessidades para suplementação de verbas antes de agosto/89.

Rosane Talayer de Lima



Passeata de 31 de maio

Na UFRGS, debate “Eleições Presidenciais e o Futuro da Universidade”, com representantes dos partidos políticos.

24 de maio — Painel: “Destinação de Verbas ao Ensino e à Pesquisa”, na UFRGS.

24 de maio — Estudantes, funcionários e professores em greve realizam um “Abraço à Universidade”, nos prédios do Campus Central.

25 de maio — O quadro nacional da greve das IFES aponta: docentes em greve em 39 Federais; funcionários, em 42 e estudantes em 18.

Criada a Associação das Universidades Federais Brasileiras — AFB. Ata de fundação aprovada e assinada por 16 reitores.

27 de maio — Atualizada reposição salarial para junho: 62,45%.

30 de maio — Sessão especial da Comissão de Educação da Câmara Federal com representantes da ANDES-SN, FASUBRA, UNE, CRUB e deputado Florestan Fernandes (PT-SP) pedem mais verbas para a Educação.

Na UFRGS, calcula-se em 60 por cento o nível de adesão à greve.

Audiência com Ministério da Previdência. Secretário geral afirma que a aposentadoria seria resolvida com a instituição do regime jurídico único (artigo 3º da Constituição). Os recursos viriam da União, e não da Previdência.

31 de maio — Caravanas de IFES em greve de todo o País vão a Brasília para um grande Ato Público, realizado defronte ao Congresso Nacional com o lançamento do Movimento de Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia. Presentes, além das entidades promotoras, parlamentares e reitores de Federais em greve. Após, manifestantes fazem passeata até o Ministério da Previdência e

ao MEC, onde “abraçam” o prédio pedindo audiência.

Em Porto Alegre, cerca de 3.000 docentes, funcionários e estudantes das IFES em greve no Estado, fazem passeata e ato público na Assembléia Legislativa, contra a destruição da Universidade Pública.

Primeiro de junho — Ato Público unificado na rampa do Congresso Nacional, com a presença de vários parlamentares, inclusive do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), candidato à Presidência da República.

Também em Brasília, abertura do 1º Seminário Nacional de Educação.

2 de junho — Audiência do Movimento Docente com o MEC, onde é reivindicada abertura efetiva de negociações. ANDES-SN entrega ao Ministro Carlos Sant’Anna abaixo-assinado SOS Universidade. Ministro anuncia liberação de recursos de 60 milhões, provindos do FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

5 de junho — Audiência com o MEC. Secretário da SESU anuncia montante emergencial definido com as administrações das IFES de 460 milhões de cruzados novos. MD insiste nos 27,8% de OCC. Representantes do CRUB contra-argumentam que o valor acordado seria suficiente para que as Universidades não fechassem. Secretário da SESu informa que ministro da Educação se reuniria com SEPLAN — Secretaria do Planejamento — para negociar suplementação de 624 milhões, o que implicaria num percentual de 16% de OCC. MEC encaminharia proposta de descongelamento de vagas desde janeiro de 1987.

6 de junho — Nova audiência com MEC — Nenhuma proposta formal é apresentada sobre os itens da pauta de reivindicações.

Em reunião com colegiado de líderes da Câmara Federal, é decidida a criação de uma comissão supra-partidária para acompanhar as negociações com o Governo.

Na UFRGS, painel “Responsabilidade Social da Universidade”.

7 de junho — Painel sobre LDB — Lei de Diretrizes e Bases.

Aprovado no Congresso Nacional projeto de lei que autoriza o Poder Executivo e abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 591.497.680,00 em favor do Ministério da Educação.

8 de junho — Dia Nacional de Defesa da Educação Pública, Ciência e Tecnologia. Lançado manifesto público assinado pela ANDES-SN, FASUBRA e UNE.

9 de junho — Encontro do CNG — Comando Nacional de Greve com Secretário da SESu, Édson Machado. Encami-

nhado à SEPLAN pedido de suplementação de verbas de 453 milhões.

12 de junho — Audiência com SEPLAN. Ministro João Batista de Abreu diz desconhecer valores de suplementação informados ao CNG pelo MEC. Diz não ter de onde retirar recursos e acena com a possibilidade de abertura de “crédito especial” caso não haja outra alternativa.

13 de junho — Audiência no MEC com presença de aproximadamente 40 parlamentares. Sobre verbas, secretário Edison Machado afirma que posição do MREC era de defender o montante de 453 milhões e não 624, como anteriormente discutido com o CNG. Ministro exige retorno às aulas para negociar propostas junto ao Governo.

16 de junho — Audiência com MEC. Sem respostas do Governo.

19 de junho — Reunião com SESu aponta divergências entre MEC e SEPLAN nos montantes a serem liberados para OCC.

22 de junho — Audiência com MEC. Ministro confirma repasse de 60 milhões e informa que solicitou a SEPLAN crédito suplementar de 453 milhões. Diz também que prepara exposição de motivos ao Presidente da República que prevê abertura de 760 vagas para docentes e de 1.340 para servidores técnico-administrativos. Informa sobre aumento de percentuais de dedicação exclusiva de 40 para 50%.

23 de junho — CNG submete às AG’s alternativas de continuidade do movimento. São elas: a) Indicativo de continuidade da greve, considerando a limitação dos ganhos obtidos até o momento e a ocorrência de greve dos Servidores Públicos Federais; b) Indicativo, de saída de greve, mantendo a mobilização a

nível nacional, considerando o desgaste natural do movimento, o esgotamento da possibilidade de novas conquistas imediatas pela via do instrumento da greve da categoria.

26 de junho — Ministro da Educação envia ao CRUB ofício apresentando os resultados finais dos estudos do Ministério sobre as necessidades orçamentárias das IFES. Total de suplementação de verbas: NCz\$ 453.102.000,00.

28 de junho — Os docentes da UFRGS, em Assembléia Geral, decidem retornar às aulas no dia seguinte, 29 de junho.

5 de julho — Em audiência com a Casa Civil, entidades dos docentes, funcionários e estudantes obtêm a garantia dos ganhos da greve relativas a contratações de docentes, percentual de mudança de nível e suplementação de verbas.

O quadro nacional de greve das IFES apontava: pela continuidade: Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso do Sul, Goiás, Brasília, Uberlândia, Outo Preto, Viçosa, Mato Grosso, Pará, Paraíba — Campina Grande e João Pessoa, Juiz de Fora, Acre, Amazonas — Cajazeiras. Pela saída de greve: Rio Grande do Norte, Fluminense, São Carlos, Santa Catarina, CEFET-RJ, Piauí, Rio Grande, Santa Maria, Uberaba. Com exceção de Uberaba, IFES indicam saída condicionada à decisão nacional do movimento. Voltam às atividades, as IFES de: Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paulista de Medicina, Agrárias (Pará), Ceará e Paraná.

13 de julho — O Comando Nacional de Greve dos docentes, atendendo às decisões da maioria das assembléias gerais das IFES, anuncia a volta às atividades. Vitórias parcial é obtida com a suplementação de 453 milhões. Somente as Universidades de Brasília (UnB) e Amazonas (Ufam) não voltam às aulas, devido a terem reivindicações próprias.

Ganhos da Greve

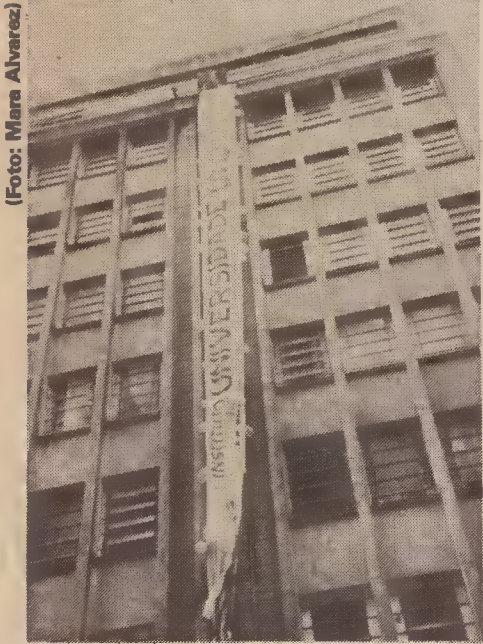
A greve das Instituições Federais de Ensino Superior durou 64 dias — de oito de maio a 13 de julho — e teve os seguintes ganhos:

VERBAS — O eixo principal das reivindicações. O Movimento Docente obteve assegurados 230 milhões de cruzados novos como suplementação orçamentária, além da promessa de recursos para atingir a cifra de 453 milhões de cruzados novos (em valores de abril), até o final do ano letivo.

SALÁRIOS — 30% de reposição salarial em maio (MP 56), política salarial para os servidores públicos; 37,23% de reposição em julho, 20% de gratificação, NCz\$ 107,00 de abono salarial.

CARREIRA — Mudança de “Step” (passagem de nível) de 4 para 5%; aumento da D. E. (Dedicação Exclusiva) de 40 para 50%. Ganho parcial com a ampliação da D. E. do 1º e 2º graus de 25 para 30%.

CONTRATAÇÕES — Abertura de vagas para 760 professores e pouco mais de 1.300 funcionários técnico-administrativos.



Fachada do Instituto de Artes

Planilha de reajustes do salário dos docentes das IFES, elaborada pela ANDES - SN

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO NEGOCIADA				GANHO
	TP 20		DE		TP 20		DE		
	Bacharel	Bacharel.	Mestre	Doutor	Bacharel	Bacharel	Mestre	Doutor	%
AUX 1	519,04	1453,30			519,04	1557,11			7,14
AUX 2	539,80	1511,43			544,99	1634,96			8,17
AUX 3	561,39	1571,89			572,24	1716,71			9,21
AUX 4	583,84	1634,77			600,85	1802,55			10,26
ASS 1	642,23	1798,24	2067,98		660,93	1982,80	2280,22		10,26
ASS 2	667,92	1870,17	2150,70		693,98	2081,94	2394,23		11,32
ASS 3	694,64	1944,98	2236,73		728,68	2186,04	2513,94		12,39
ASS 4	722,42	2022,78	2326,19		765,11	2295,34	2639,64		13,47
ADJ 1	794,66	2225,06	2558,81	2781,32	841,63	2524,88	2903,61	3156,09	13,45
ADJ 2	826,45	2314,06	2661,17	2892,57	883,71	2651,12	3048,79	3313,90	14,57
ADJ 3	859,51	2406,62	2767,61	3008,28	927,89	2783,67	3201,23	3479,59	15,67
ADJ 4	893,89	2502,89	2878,32	3128,61	974,29	2922,86	3361,29	3653,57	16,78
TIT	1117,36	3128,61	3597,90	3910,76	1217,86	3653,57	4201,61	4566,97	16,78

MISÉRIA DA UNIVERSIDADE

RESPOSTA AO "SOS UNIVERSIDADE - A CRISE GERENCIAL" DO SENHOR DACANAL

A Universidade Pública foi alvo de um artigo que ataca a idéia de uma cidadania universitária, escrito pelo professor José Hildebrando Dacanal e publicado num jornal local, e que demonstra um profundo desconhecimento a respeito da Universidade onde trabalha, além de um preconceito em relação ao movimento docente, de funcionários e de alunos. Estranhamente, a matéria, que foi objeto de um editorial do mesmo jornal, também atacando a Universidade pública, não mereceu nenhuma resposta da Reitoria. Isto nos faz pensar se temos, na Universidade, administradores com vontade de defender publicamente aquilo que é público. O artigo que publicamos a seguir foi publicado na primeira edição do Jornal "Ponto in Comum", editado por quatro centros acadêmicos: CEUE — Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia; DABICO — Diretório Acadêmico da Biblioteconomia e Comunicação; DAFA — Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e DAEF — Diretório Acadêmico da Física.

Acompanhamos com atenção o artigo do professor José Hildebrando Dacanal publicado na página central do caderno D da Zero Hora de 25 de junho de 1989 e ficamos impressionados com a falta de conhecimento que o professor demonstrou quando se propõe a discutir a crise da Universidade Pública Brasileira.

Por um lado, aborda questões políticas em tom provocativo e sem nenhum conteúdo, conseguindo manter-se na superficialidade do problema, o que contribui apenas para fortalecer o senso comum habilmente trabalhado por aqueles que, como a RBS e outros grupos econômicos, alardeiam a falência da universidade pública e propugnam a privatização de empresas estatais como a solução para a crise econômica que assola o país; por outro lado, reduz os problemas da instituição a aspectos puramente administrativos ou, segundo suas palavras, gerenciais. Esquece ou omite a própria função da universidade, bem como o descaso com que é tratada pela Nova República. A vantagem incide em, sendo mais fácil desta forma, apresentar propostas cosméticas para a "crise", ocupando, desde já, bom espaço na imprensa que lhe possa, talvez, preparar a travessia de um novo e não anedótico Rubicão.

Com relação ao primeiro aspecto, onde ele se refere ao comportamento das lideranças docentes e de funcionários de esquerda dizendo que estes têm práticas de direita, chama-os de populistas irresponsáveis e corporativistas. São irresponsáveis por quê? Por defenderem aquilo que ele mesmo cita que é o mínimo que hoje temos de universidade pública? Porque se preocupam, embora de formas diferenciadas, com que ainda resta da universidade?

Para fazer uma crítica destas, em primeiro lugar é necessário que tenhamos cuidado, pois nossos atos podem também nos colocar dentro dela, desde o comportamento em sala de aula até a que e a quem estamos servindo. Parece-nos que para o Sr. Dacanal estas questões são pouco relevantes em comparação com o problema gerencial, tudo resumindo-se a uma nova atitude administrativa — a gestão privada do que é público. Como num passe de mágica, tudo na universidade passa a ser competente. Por encanto desaparecem as diferenças ideológicas.

O embate político é caracterizado pelos competentes de um lado (a serviço do desenvolvimento das instituições) versus os incompetentes de outro (seres mesquinhos e egoístas que visam apenas seus interesses pessoais). A coloração dos lados é óbvia, o ideal a ser perseguido é a racionalidade da empresa privada — sua lucratividade. Posto isso, a tarefa imediata é de atar os nós que impedem a universidade pública de avançar inexoravelmente

mente a caminho do progresso. Infelizmente o Sr. Dacanal se atrasou em um ano, cabendo o mérito da execução de sua proposta ao Sr. Gerhard.

E que competência esse tem demonstrado. Com que afinco e determinação se põe a realizar esta árdua tarefa. Começando com uma reforma administrativa onde cada Pró-Reitoria, cada setor têm uma espécie de dono que não deve satisfação a ninguém e gere o setor como bem entender. Para ensinar a "meia dúzia de adolescentes inquietos, desorientados e fáceis de serem manipulados" a se comportarem bem, chama a Brigada Militar e a Polícia Federal. Com estas correções administrativas e pedagógicas abriu caminho para seus maiores feitos: reduzir a dependência da UFRGS em relação ao orçamento do MEC, passando de 3º no geral entre as IFES para o 7º lugar, para 15º em OCC e 50º na relação OCC, pessoal e encargos. E, para júbilo do Sr. Dacanal, institui a volta da divisão entre estudantes carentes e não-carentes, uma política de cunho privatista implantada pelos generais e que tinha sido extinta na UFRGS. Não satisfeito, o Sr. Gerhard aumentou o preço dos restaurantes universitários em 6.000%, causando inveja, com a sua competência, a qualquer Ministro da Fazenda. Como bem se pode ver, a universidade pública, ou pelo menos a UFRGS, está salva de uma implosão geral.

No entanto, concordamos com o Sr. Dacanal, quando ele diz que "é falso, demagógico e, quando menos, equivocado o dilema da Universidade pública x Universidade privada (ou privatizada). Sem entrar numa discussão de ordem histórica ou político-social" e sem ao menos se referir ao papel desempenhado pelos dois tipos de instituições de ensino numa "sociedade injusta e desigual como a brasileira". Fazer vista grossa a estes fatos, quando se recebe a gerência de tipo privado do público, é no mínimo desconhecer os princípios que regem um e outro, bem como os fins a que se propõem. Basta olharmos para a PUC, para citar apenas uma das universidades privadas do RS, e vermos a construção de prédios caros e ociosos (para alugar salas) pagos às custas dos estudantes. E o que estes recebem em troca? Um ensino de alto nível? Que tipo de ensino de alto nível, pesquisa e extensão é feito nessa instituição? Em nenhum momento se discute isso. E o que é pior, uma instituição que visa apenas ao lucro, que é patrimônio particular, ainda receber dinheiro público a fundo perdido para engordar mais a sua já pomposa receita. Esquecer a política educacional, implantada pelos governos militares e em continuação com a Nova República, de expansão da rede privada enquanto estagna a rede pública, seja diminuindo os orçamentos das universidades não permitindo o preenchimento de vagas existentes para professores e funcionários, seja

com a não ampliação de cursos e vagas para estudantes, é uma omissão grosseira que leva apenas a moldar os fatos segundo as suas conveniências.

A universidade pública brasileira de fato atravessa uma das suas piores fases. Mas seus problemas, longe de serem meramente gerenciais, são principalmente de conteúdo: o que e a quem se destina o que é produzido e ensinado dentro da universidade. Que tipo de universidade é necessária para uma sociedade como a nossa, que coloca como um dos seus maiores desafios vencer a ignorância? A esquerda, ou pelo menos parte dela, quer modificar esta situação. Para isso se faz necessário, não como o Sr. Dacanal diz para utilizar em seu "próprio benefício", mas, sim, porque ela deve prestar contas para toda a sociedade, rever a situação de muitos professores que entraram pela porta dos fundos e até daqueles que fizeram concurso mas não cumprem as suas funções e que a utilizam como bico ou para conseguir promoções pessoais fora da mesma. Ver os que recebem "bons salários" e se negam a dar aulas porque consideram seus alunos como "idiotas e medíocres" ou ainda aqueles que se agarram por anos a fio a postos administrativos e, para conservá-los ou subir, não hesitam em mentir para seus colegas ou alunos. Este "paradoxo ambulante" só poderá ser modificado na medida em que for possível quebrar alguns privilégios dos professores, como sua prerrogativa a ocupar os principais postos de comando dentro da universidade. É necessário que os estudantes e funcionários tenham uma maior participação nos órgãos colegiais e comissões internas (e que estes deixem de ser figurativos) para que possam de fato compartilhar a responsabilidade da gestão universitária. Que se torne possível a cobrança daqueles que não cumprem com suas obrigações (hoje escudados por seus colegas), chegando até, se for o caso, ao seu desligamento da instituição. Como diz Florestan Fernandes o que está em jogo não é só a "crise de autoridade e de competência administrativa". São padrões éticos de fazer política.

Dizer que a universidade pública é elitizada porque os filhos dos ricos são os seus frequentadores é fácil e muito conveniente, pois assim justifica a proposta de acabar com as refeições a baixo preço e instituir o ensino pago para aqueles que podem pagar. Como se pode ver, o Sr. Dacanal está seriamente preocupado com o desperdício do dinheiro público, tanto que não fala em nenhum momento do saque aos cofres públicos e dos escândalos financeiros que assolam este país. Mas sua preocupação recai severamente sobre aquilo que ele considera um disparate: o mínimo de condições necessárias para que o estudante possa estudar — a assistência estudantil — sem que se veja obrigado a se dividir entre o estudo e a necessidade de trabalhar para se

sustentar. Os ricos são os grandes beneficiados, sem dúvida, como o são em toda sociedade capitalista. É preciso analisar esta elitização (distorcida porque não se reflete de forma igual a nível intelectual) não apenas no aspecto de quem é pobre ou rico, mas sim através de uma abordagem que busque as causas que geraram esta situação, buscando a sua superação, ao invés de tentar solucioná-la acabando de vez com a escola pública.

TRANSFORMAR A UNIVERSIDADE

A universidade que queremos é aquela que seja crítica e criadora, que questione o direcionamento dado à sua produção cultural e científica.

A produção do conhecimento e sua transmissão não podem ser dissociados de uma crítica objetiva: a quem o conhecimento serve e para que serve. Assim, a universidade deve questionar-se de modo permanente, criticar a si própria, libertar-se de seu caráter elitista e unir-se concretamente à maioria da população.

A universidade deve ser democrática no acesso ao saber e para isso temos que lutar pela transformação do atual sistema educacional como um todo. Devemos fortalecer a escola pública e expandi-la, manter e ampliar a gratuidade do ensino.

A luta por mais verbas só terá consequência se criarmos mecanismos de controle da elaboração dos orçamentos e gestão de verbas, hoje centralizadas nas mãos das reitorias, servindo-lhes de poderoso instrumento de controle político e tráfego de influências. Para tanto, mais importante que a luta pela democratização dos colegiados e dos processos de eleição de reitores e diretores (que deve ser travada com empenho, mas sem ilusões) é a preocupação com o fortalecimento das entidades representativas dos estudantes, professores e funcionários e a elevação do nível de organização destes setores.

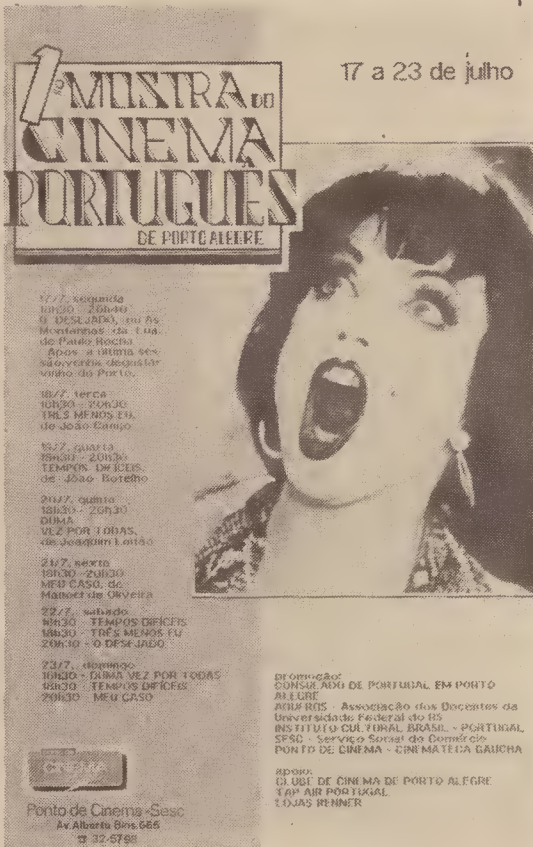
A transformação desta universidade não vai se dar no campo formal ou institucional. A universidade popular deve ser construída de baixo para cima. Para isto nós questionamos esta estrutura viciada, negamos esta estrutura envelhecida que tem práticas clientelistas e antidemocráticas.

Mas temos a coragem e a honradez de assumir uma proposta que aponte para o novo, embora saibamos que este novo não vai aparecer amanhã, sem uma luta acirrada contra o velho.

Porém temos a certeza de que a construção da universidade nova está inserida na construção de uma nova ordem social e econômica e que não é tarefa somente para nós, mas estamos juntos com aqueles que serão os protagonistas desta nova sociedade — os trabalhadores.

ADUFRGS mostra filmes portugueses

ADverso/9



A GREVE, OS GREVISTAS E OS NÃO GREVISTAS

Mesmo estando garantida na Constituição Federal como um direito do trabalhador, a greve é questionada e coberta de impecilhos. De que forma um movimento grevista é visto pelo Direito? O advogado Rogério Viola Coelho, assessor jurídico da ADUFRGS, neste artigo, tece um estudo detalhado sobre a questão.

A GREVE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O artigo 9º da nova Constituição inscreveu o direito de greve entre os direitos fundamentais dos trabalhadores, dizendo que "é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender."

De outra parte, o § 1º, do artigo 5º estabelece que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata."

Assegurando o direito de greve aos trabalhadores sem qualquer ressalva, o artigo 9º tem abrangência sobre os servidores públicos. Assim, as suas greves estão agora autorizadas pelo nosso Direito Positivo.

O artigo 37 da nova Carta, dispondo sobre a Administração e sobre direitos dos servidores públicos, diz que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar." Esta promessa de regulamentação do exercício do direito não pode importar em suspensão da sua vigência, até porque o exercício da greve pode ser balizado pelo instituto do abuso do direito.

A GREVE COMO DIREITO SUBJETIVO PRÉ-EXISTENTE

A greve é um direito subjetivo das categorias profissionais. Para o positivismo jurídico todo direito subjetivo nasce com as normas estatais e somente com elas; seriam eles mera "facultas" derivadas de normas legais.

Defendendo o monopólio estatal do Direito asentado sobre o mito da neutralidade do Estado — os juristas positivistas negam que o impulso "infra-estrutural" exercido pelas classes oprimidas, em sua resistência modelada pelo ideal de Justiça, possa constituir direitos subjetivos à margem e até contra a normatividade estatal.

O direito de greve, conquistado pelos servidores públicos na vigência da constituição autoritária de 1969, contra disposição nela expressa, se constitui em prova cabal de que os direitos subjetivos não nascem apenas das normas e nem são uma dádiva do Estado.

PEREIRA LEITE observa, com inteira procedência, que "a greve, à revelia de qualquer regulação jurídica, é um fato que se impõe e se impõe ao direito. Não se trata de conveniência, utilidade ou até mesmo necessidade de conduzir os homens, através da norma jurídica, por este ou aquele caminho. Trata-se, antes, de enfrentar a esfinge e decifrar seu enigma para não ser devorado." (1) Necessário apenas acrescentar que o fato — greve já é direito antes do acolhido pelo Direito Positivo e que este — via de regra — ao dar-lhe acolhimento, tende a cercar o seu exercício.

A história recente de nosso País — iniciada com as greves do ABC Paulista de 1979 — revela que os trabalhadores em geral e os servidores públicos em particular construíram com suas lutas um Direito supra-legal. TARSO GENRO anota que "o direito subjetivo coletivo à greve amparava-se no seu próprio movimento histórico, impotente o Estado ditatorial para vedá-lo, forte a greve na consciência popular que a legitimava." (2)

O SIGNIFICADO SOCIAL DA GREVE

Ao comparar a greve à guerra, Cameluti fazia mera figura de retórica. Enquanto a guerra visa sempre destruir o inimigo, a greve em geral não visa destruir o Estado (e nem a empresa); ao contrário, ela viabiliza a manutenção do mesmo Estado pois propicia o ajustamento das relações entre o trabalho e o capital, restaurando, ainda que parcialmente, o equilíbrio nas relações sociais e econômicas. DEVEALI anota com propriedade que a greve "Constituye una situación de espera, no de combate; espera legítima, ya que nadie puede ser cons-

treído — en los países de civilización occidental — a prestar su trabajo en condiciones distintas a las que le agradan." (3)

É oportuno observar que as greves realizadas no Brasil nos últimos anos, em face da inflação crescente, têm um caráter marcadamente defensivo, na medida em que os trabalhadores visam fundamentalmente recuperar perdas salariais já consumadas. Este caráter se torna mais nítido nas paralisações que se sucedem aos sucessivos "choques anti-inflacionários", que trazem no seu bojo, invariavelmente, uma nova rodada de achatamento salarial, informados que são pela tese monetarista de que a inflação é sempre resultado do aquecimento da demanda.

As greves de servidores públicos que se sucederam ao Plano Verão, tinham este sentido. A greve dos docentes universitários teve o sentido de uma dupla resistência: ao mesmo tempo que resistiram ao sucateamento das universidades públicas, ao aniquilamento de suas condições de trabalho, os professores resistiam também ao próprio sucateamento, ao aniquilamento de suas condições de vida.

Enfatizando o sentido adaptativo da greve, TARSO GENRO observa que "se ela determina, ou não, acumulação de experiência para os trabalhadores, para que eles compreendam a necessidade de instituir outra forma de Estado, não importa; a própria vida é uma acumulação de experiência para todos os trabalhadores politizarem-se e exigirem outro Estado, o seu Estado". (4)

O SIGNIFICADO JURÍDICO DA GREVE

A doutrina oriunda da Itália e universalmente aceita, considera o direito de greve um direito subjetivo coletivo. JUAN GARCIA ABELLAN diz que "la huelga, constituye, jurídicamente, la abstención concertada y colectiva de trabajar, efectivamente ob-

servada por una pluralidad de trabajadores, cuando, em base a un interés profesional colectivo, y existiendo una relación jurídica de conflicto de la que aquella es parte, se han intentado, sin efecto, las diversas formas de solución pacífica." (5)

ALONSO GARCIA leciona que a greve é um ato coletivo face "la existencia de un interés distinto del individual en cada uno de los miembros, aun cuando este interés individual se integre dentro de aquél." (6)

É justamente este interesse coletivo, que "habita" em cada um dos membros da categoria profissional, que dá o suporte ético para a "subordinación de la acción individual a la determinación de una voluntad común"; constatada por PALERMO. Entende o jurista italiano que na greve há uma "manifestación de 'autonomía colectiva' distinta e prevalente respecto alla 'autonomía individual'." (7)

Três teorias disputam a identificação do sujeito do direito de greve. A primeira, vê como titular do direito de greve a entidade sindical; a segunda, sustentada por PALERMO, com base nos fundamentos expostos, atribui a titularidade do direito de greve aos grupos e categorias profissionais e a terceira, apegada à tradição liberal, contando com poucos adeptos, refere o direito subjetivo à greve ao indivíduo; para esta última corrente haveria titularidade individual e exercício coletivo do direito.

Em nosso direito positivo, sem sombra de dúvidas, prevaleceu a doutrina de Palermo, já que o artigo 9º da Constituição de 1988, ao consagrar o direito de greve, diz que compete "aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender."

A GREVE E OS NÃO-GREVISTAS

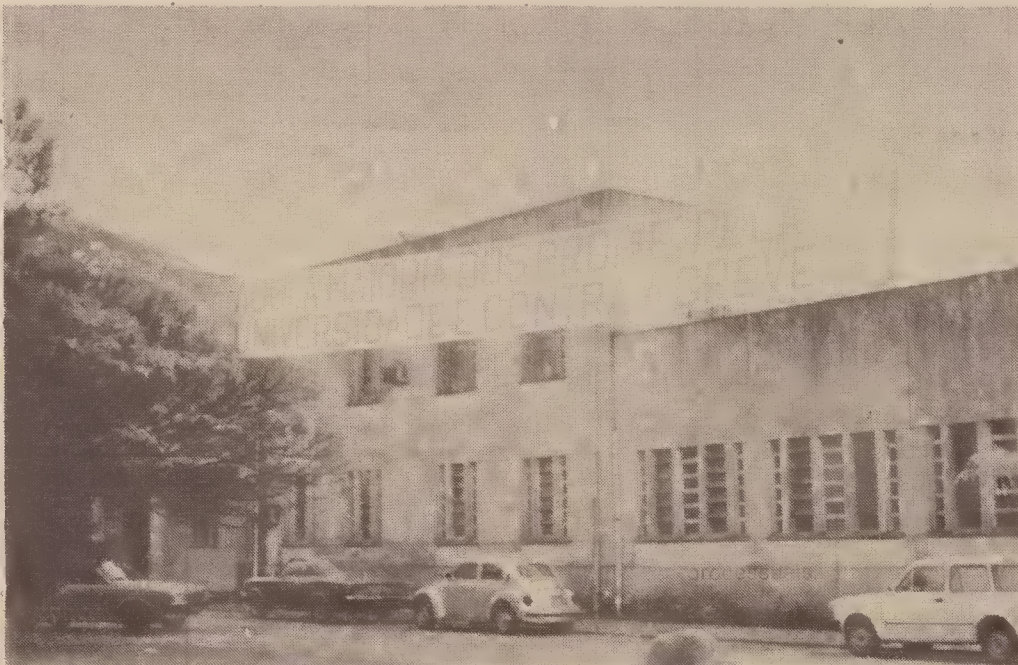
A posição dos trabalhadores que não aderem à greve enseja controvérsias. DEVEALI entende que o direito de trabalhar não fica alienado à coletividade, porque isto implicaria em violação da liberdade individual (8); MARIO DE LA CUEVA, ao contrário, sustenta que a decisão regularmente adotada em assembléia geral, manifestação da autonomia coletiva da categoria profissional, obriga cada um de seus membros. Daí resulta que a conduta dos trabalhadores que não aderem à greve seria contrária ao Direito. (9)

FLÁVIO BENITES FILHO reflete o entendimento dominante em nosso país, que se situa em uma posição intermediária: "Uma vez tomada a decisão de fazer a greve, em assembléia geral, esta se legitima e, mesmo, se legaliza. Assim, é extensiva a todos os trabalhadores interessados no atendimento das reivindicações. Por isso, as leis de greve têm reconhecido o direito à persuasão, ao aliciamento pacífico de outros trabalhadores. Neste caso, o direito coletivo do trabalho se sobrepõe ao exercício do direito individual. O sindicato, a greve, as assembléias, a partir de sua incorporação à ordem jurídica, prevalecem sobre o direito de um ou alguns trabalhadores, tomados isoladamente." (10)

Sem dúvida, o exercício do direito ao trabalho atribuído aos empregados que não aderem à greve, é uma negação (parcial) do direito de greve, enquanto manifestação de autonomia coletiva prevalente sobre a autonomia individual. Mas esta negação é feita em nome da preservação da liberdade individual, valor supremo cuja defesa seria o fim último do Direito.

Para a superação do conflito descrito, é necessário que se examine a liberdade como categoria da filosofia do Direito. NORBERTO BOBBIO, no ensaio "Kant e as Duas Liberdades", lança luz sobre a questão. Para ele "Embora partindo de um significado comum de liberdade, o emprego do termo em acepções diferentes reflete o fato de que a doutrina liberal considera o problema da liberdade em função do indivíduo singular, e a doutrina democrática em função do indivíduo participante de uma

Rosane Talayer de Lima



Não-grevistas da Veterinária. Teses e ética do positivismo e do liberalismo: recusarão eles os ganhos obtidos pela greve?

coletividade (isto é, de uma vontade comum).” (11) BOBBIO situa a polarização dos conceitos em Montesquieu e Rousseau. O primeiro entende que “liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem.” (12) E, segundo seu entendimento, livre é que, dentro dos limites do poder estatal (que deve ser restringido), pode fazer tudo o que deseja. Já para Rousseau, “a liberdade coincide com a autodeterminação coletiva, não a individual” (13). Para ele, o problema fundamental é o da formação da vontade geral.

O pensador italiano neste ensaio, mostra as ambigüidades de KANT, na questão da liberdade. Embora na aparência afine com a liberdade política definida por Rousseau, ao tratar do direito, Kant sustenta que a sua finalidade é, unicamente, garantir uma esfera de liberdade na qual cada membro da comunidade possa agir sem obstáculos, recorrendo, para isto se necessário à força. Para o filósofo alemão “O conceito de direito externo, em geral, deriva inteiramente do conceito da liberdade nas relações externas dos homens entre si, e nada tem a ver com o objetivo natural de todas as pessoas (a busca da felicidade) e com a prescrição dos meios para atingi-lo; de modo que este último objetivo (a felicidade) não deve de nenhuma forma entrar naquela lei como motivo determinante... No que respeita à felicidade, e como encontrá-la, os homens a concebem de todo diversamente; e sua vontade não se estriba em qualquer princípio comum — portanto, em qualquer lei externa, que deve conformar-se com a felicidade de cada um.” (14)

Como assinala BOBBIO, o seu conceito de liberdade jurídica derivado da definição do direito nada tem a ver com o poder de participar da criação da liberdade coletiva; para Kant “a liberdade é a faculdade de agir sem obstáculos impostos por outrem.” (15)

De outra parte, observa o ensaísta italiano que, “para Kant, o fim do Estado não é a felicidade, mas sim a liberdade, garantida pelo direito.” Em consequência, o seu modelo de Estado, “tem por fim exclusivo a ordem jurídica, ou seja a coexistência das liberdades externas mediante o exercício da coação.” (16) Na filosofia da história, Kant atribui uma espécie de astúcia à natureza: ela se serve dos antagonismos sociais para promover o progresso da espécie humana. Esta idéia, de antagonismo como condição do progresso — lembra BOBBIO — permeia todo movimento liberal; o liberalismo eleva a disputa, a concorrência, o dissenso, a um ideal de vida.

Em face dessa análise, conclui Norberto BOBBIO que “No pensamento de Kant, uma concepção liberal da história (vista como palco de antagonismos) sustenta a concepção liberal do direito (visto como condição de coexistência das liberdades individuais) e a concepção liberal do Estado (entendido seu objetivo não como o de guiar súditos no rumo da felicidade, mas o de garantir a ordem.” (17)

É possível compreender agora que a liberdade de trabalhar invocada por membros de uma categoria profissional que decide pela greve, ao contrário do que parece, não tem respaldo no conceito democrático de liberdade, que segundo ROUSSEAU coincide com autodeterminação coletiva, e não individual.”

A liberdade de trabalhar, para os não grevistas, tem suas raízes na doutrina do liberalismo, na sua formulação mais radical, em sua versão kantiana.

O ensaio de Norberto Bobbio revela claramente que o conceito kantiano de liberdade tem como pressuposto o conceito de Homem como um ser fragmentado e atomizado, incapaz de somar-se a outros homens na busca da felicidade; eis que “sua vontade não se estriba em qualquer princípio co-

mum.”

Para este modelo de homem, naturalmente, o que convém é um Estado forte que assume como finalidade exclusiva a garantia da ordem.

BAYÓN CHACÓN, representando a doutrina moderna, faz o balanço das consequências sociais que produziu a conjunção do fenômeno jurídico-político do liberalismo com o desenvolvimento da economia capitalista: “paralelamente al grau de desarrollo industrial y comercial del XIX, se produce la más tremenda situación de miséria y sujeción de las clases trabajadoras, que trae como consecuencia el plantamiento de la denominada cuestión social, y junto a la lucha política para resolverla, las llamadas angustias del Vaticano a la consciencia de las clases dirigentes...” (18)

Derrotado historicamente pela resistência crescente dos trabalhadores, o liberalismo cede lugar ao controle social do capitalismo. E as constituições modernas revogam os postulados do liberalismo, proclamando o compromisso do Direito com a Justiça Social.

A Constituição brasileira de 1988 segue este novo rumo; de um lado reconhece as categorias profissionais como sujeitos de direitos e dá garantias para o seu exercício; de outra parte, afirma que a ordem social tem como objetivo o bem-estar e a justiça social. (art. 193)

Nestas condições, é possível concluir que está derogado o dogma da liberdade individual com raízes kantianas, e que — em consequência — o exercício do direito individual de trabalhar fica inibido pela decisão coletiva de suspender o trabalho. A autonomia da vontade individual cede ante à autonomia da vontade coletiva, manifestação autêntica de democracia.

Assim sendo, o ato de trabalhar, quando a categoria profissional decide pela greve é um ato contrário ao Direito, um ato ilícito trabalhista, portanto. E os efeitos deste ato devem ser examinados à luz de sua ilicitude.

BIBLIOGRAFIA

- (1) PEREIRA LEITE, João Antônio, in “Estudos de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário”, Edit. Síntese, 1ª edição, 1979, página 50.
- (2) GENRO, Tarso Fernando, in “Greve como Direito Público Subjetivo Coletivo”.
- (3) DEVEALI, Mário L., in “El Derecho del Trabajo”, Editorial Astrea, ed. 1983 — Tomo II, página 495.
- (4) GENRO, Tarso Fernando, in “Contribuição à Crítica do Direito Coletivo do Trabalho”, Edit. Síntese, 1ª edição, página 50.
- (5) ABLAN, Juan Garcia, in “Derecho de Conflictos Colectivos de Trabajo”, Edit. Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1969, página 89.
- (6) GARCIA, Alonso, in “Derecho Procesal del Trabajo”, Tomo I, (Conflictos Colectivos), Barcelona, 1963, página 86.
- (7) PALERMO, in “Manuale di Direito de Lavoro e Della Previdenza Sociale, Milan, 1957, vol. I, página 460, apud. JUAN GARCEIA ABELLAN, op. cit. página 96.
- (8) DEVEALI, op. cit., pág. 515.
- (9) DE LA CUEVA, Mário, in El Nuevo Derecho Mexicano del Trabajo — Editorial Porua S.A. 2a. edição, México, tomo II, p. 652.
- (10) BENITES FILHO, Flávio, in “A Greve e sua Regulamentação”.
- (11) BOBBIO, Norberto, in “Ensaio Escolhidos”, C.H. Cardim Editora, 1ª. Ed., pág. 23.
- (12) idem, página 23.
- (13) idem, página 24.
- (14) idem, página 29.
- (15) idem, página 29.
- (16) idem, página 31.
- (17) idem, página 33.
- (18) BAYÓN CHACÓN, Gaspar, in “La Autonomia de La Voluntad en el Derecho del Trabajo” — Ditora Tecnos — Madrid, 1955, página 18.

Personália

BRUNO KIEFER Alerta!

mt. Cláudio Ribeiro

Há vozes que não se calam. Mesmo que seus proprietários sejam convidados a sair de cena. Assim é com Bruno Kiefer. Em março de 87 ele deixou nós todos petrificados: partiu. Num momento crucial, decisivo.

Na fazer 64 anos, e no topo de sua maturidade estava pronto a colaborar, a agir, a emprestar a profundidade e a dignidade de suas idéias para o novo momento que o Rio Grande vivia então.

E nós, os artistas da Música, tínhamos certeza que aquela voz sábia e altiva iria florescer o ambiente com participações brilhantes.

Eu particularmente o considerava um dos homens mais lúcidos que o País teve nos últimos decênios.

Cultura solidérrima, espírito empreendedor, homem exemplar. E, como todos os grandes, simples, despojado.

E agora?

Bruno Kiefer, compositor dos mais importantes do Brasil; pesquisador de primeira linha; extraordinário docente; ensaísta brilhante.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul teve a honra de tê-lo como mestre.

E será que estava preparada para recebê-lo?

Os colegas tiveram a oportunidade única de conviver com tão grande personalidade.

Será que sentiam-se felizes por isso?

Os alunos puderam beber suas palavras durante anos e anos.

Será que souberam entendê-las?

E o grande público, aquele que ouve música, conhece sua obra?

As orquestras tocam sua música (e a de outros compositores brasileiros)?

Os nossos artistas têm procurado saber mais e divulgar essa música?

E a voz do Bruno está aí? Eu a sinto pelas ruas, de dia e de noite, 24 horas!

É impossível desaparecer a lição eterna, aquela de todas as épocas.

Não morre a justiça, o amor não morre.

Quando a trajetória é digna, luminosa, o artifice subsiste, resiste aos ataques e ao efêmero do homem.

Mesmo que saia de cena, a voz não se cala.

Maestro, atualmente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

Professores poderão receber no Campus

O Banco do Brasil está promovendo estudos no sentido de viabilizar o atendimento no Campus do Vale, no dia de pagamento da UFRGS. Para isto, solicita aos seus clientes, lotados naquele Campus, que manifestem seu interesse diretamente ao Banco ou pelos telefones 26.6491 e 26.8185.

A ADUFRGS firmou convênio com a Nascimento Corretora de Seguros Ltda., que dará aos associados as seguintes vantagens: 1) Desconto real nos prêmios de seguros; 2) Assessoria, por parte da Corretora, quanto às formas mais adequadas de contratar seguro; 3) Liquidação de sinistro, evitando com isto que o segurado perca seu tempo com documentos, oficinas terceiros, etc; 4) Controle das importâncias seguradas para que não haja defasagem em relação aos preços de mercado.

Os associados terão ainda à sua disposição, através da Seguradora, meios para contratação de Seguro de Automóvel.

Para aqueles associados já possuidores de Seguro, poderão aderir, tranquilamente, à referida apólice, usufruindo de todos os benefícios citados e, inclusive, dos bônus já adquiridos pela inexistência de sinistros. Para os associados que desejarem ser incluídos numa apólice de seguro, os contatos podem ser feitos com a Seguradora pelos telefones (0512) 24.9309, ou com a Srta. Sílvia, na sede da ADUFRGS, pelo telefone 26.2719.

Novo grupo Golden Cross

A ADUFRGS está organizando um novo grupo de conveniados com a Golden Cross sem carência. O grupo deve ter no mínimo 50 titulares, e deve ser fechado até dia 4 de agosto. Os interessados em se inscrever podem entrar em contato com Sílvia, na sede da ADUFRGS, até o dia 4 de agosto, das 11 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Golden Cross aumenta mensalidade

Informamos aos conveniados que as mensalidades da Golden Cross sofreram um reajuste de 45% no mês de maio e de 51,85% no mês de junho, e que para os próximos meses serão corrigidas pelo BTN (Bônus do Tesouro Nacional). Estes aumentos foram autorizados pela Portaria Ministerial nº 126, de 31 de maio de 1989. No contracheque de julho serão processadas estas diferenças e a mensalidade do mês de julho, cujos valores são: DAME 1 — 15,94 BTNs; DAME 2 — 20,74 BTNs, EXECUTIVO 1 — 43,92 BTNs.

Observação: Todas as mensalidades estão sendo revistas. Onde forem constatadas irregularidades ou diferenças cobradas a mais, serão processados os devidos ressarcimentos para o mês de setembro.

Nota explicativa

Lembramos aos senhores professores que as mensalidades da ADUFRGS sofrem acréscimo somente de acordo com os índices concedidos aos docentes. Muitas vezes o referido desconto em folha é processado no mês subsequente. Esta decisão foi tomada em assembléia geral, e qualquer mudança na sistemática dos reajustes deverá ser decidida, igualmente, em Assembléia Geral.

LIVROS E REVISTAS SOVIÉTICOS

CIÊNCIAS HUMANAS

Filosofia. Política. Sociologia. História
Economia. Direito. Educação.

LITERATURA

Clássica. Contemporânea. Infantil,
Álbuns de arte, Teatro e Poesia.

CIÊNCIAS EXATAS

Física. Matemática. Química,
Mineralogia. Mecânica. Termodinâmica
Eletrônica. Engenharia civil, etc.
Medicina e Biologia.

REVISTAS DIVERSAS

Avulsas e Assinaturas

LIVRARIA E DISTRIBUIDORA TÉCNO-CIENTÍFICA.
Riachuelo, 1345 - Fone: 26.68.51 - P. Alegre

“A UFRGS não precisa de pesquisadores”

Pelo menos não do tipo do professor Jaime Solari, que no último mês de maio pediu o seu desligamento da Universidade. Para este chileno, doutor em Filosofia pela Universidade de Londres, que há oito anos vive no Brasil, o modelo de ensino aplicado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul não precisa de pesquisadores que visualizem a Universidade como uma entidade à vanguarda do resto da sociedade. Pelo contrário, na opinião de Solari, a UFRGS opta hoje por acompanhar as transformações e não exercer uma liderança intelectual formando pensadores e pesquisadores à frente do nosso tempo. Neste depoimento, o professor Solari, lotado no Departamento de Engenharia Metalúrgica, explica as razões que o motivaram a pedir demissão:

“Tendo vindo à UFRGS como professor visitante por dois meses e tendo ficado quase nove anos, e depois de ter lecionado e palestrado para diversas e inúmeras platéias pelo Brasil afora, e tendo montado um grupo de pesquisa — em colaboração com o Prof. Jorge Rubio — de exceção na América Latina, e tendo escolhido trabalhar neste país e nesta Universidade, mais de uma vez, peço demissão pelas razões que à continuação detalho:

1. Na contradição entre graduação e pós-graduação, a atual Administração da UFRGS escolhe a graduação. Eu pensei que, com a eleição de Gerhard Jacob finalmente a pesquisa estava no poder na Reitoria. Portanto, você poderia pesquisar à vontade, teria mais condições para fazê-lo e finalmente, poderia dar ao seu trabalho a dimensão desejada. Erro absoluto. Em abril, meu chefe de Departamento, com o aval do Diretor da Escola de Engenharia, assinou minha ausência da Universidade para que eu não recebesse o meu salário. Desculpa: “poderia vir alguém da Reitoria a conferir tua presença”. Ora, minhas aulas de graduação estavam sendo dadas por pessoal tão qualificado como eu. Não interessa minha presença como pesquisador de nível internacional, nem que, nas minhas publicações científicas apareça o nome do Departamento e o da Universidade. Isso não conta. Conta é você dar aula. Qualquer coisa. A qualidade do trabalho universitário ninguém tem coragem de medir, muito menos de controlar.

2. Mas, então, existe um conceito novo de graduação que se quer impôr na UFRGS? Diga-se que todas as administrações anteriores tiveram como prioridade a graduação, sem por isso melhorá-la significativamente. Nisto, nossos administradores não estão sendo originais. Se privilegia o conceito de especialista numa época em que os especialistas estão morrendo como dinossauros. Ou seja, ensinemos nossos engenheiros a ficarem comportados nas fábricas onde eles fazem estágio, para que assim possam aprender a apertar porcas e assim aquela empresa possa produzir e exportar bastante e então possamos pagar nossa dívida externa. O conceito de graduação na Engenharia é treinamento de pessoal para a indústria, nacional ou multinacional. Não interessa conjugar a engenharia com a genética, a geoquímica com o meio ambiente,



nem a bioquímica com a biotecnologia. Não interessa a inovação científica e tecnológica. O único que interessa é a manutenção das ínfimas cotas de poder disponíveis na Universidade.

3. Mas quem tem o poder na UFRGS, então? Se não é a pesquisa nem a pós-graduação, e visto que o “baixo clero” foi definitivamente confinado a receber suas 20 horas por semana de boca calada, a única opção aparente é a graduação. Mas, visto que o modelo exportador da economia precisa de uma graduação complacente, e que em essência sirva a algum país desenvolvido, somente pode-se concluir que quem está no poder na UFRGS é o convênio Brasil-Alemanha. Alguém lembra disso? Pois continua vigente. Fazer sim, pensar não, comprar caro, vender barato. Uma análise rápida das verbas recebidas, do tipo de projetos executados e das viagens ao exterior dos professores da UFRGS, deveria indicar que a influência do modelo alemão de Universidade tem aumentado significativamente na

nossa graduação nos últimos anos. Nada contra a terra e o povo que deram vida a Goethe, Beethoven, Fassbinder e Rosenbach, mas a imposição sistemática de um único modelo de Universidade deve ser resistida porque contradiz a alma do sistema educacional universitário: o pluralismo.

4. Falta de verbas para pesquisa. Você podia tentar fugir do esquema acima descrito mediante financiamento público de sua pesquisa. Infelizmente isto também acabou no Brasil. Na FAPERGS, você consegue verba somente se é físico ou biotecnólogo com diploma. Na FINEP, predomina o grande esquema da carta de recomendação do político de turno. Não bastando isso, esta instituição pública retém minha verba de pesquisa que já foi paga pelo Banco Mundial (Quem avalia projetos técnicos na FINEP? Você já viu um relatório de prestação de contas ou uma listagem dos projetos financiados por essa instituição?). No CNPq, os projetos de pesquisa se perdem, a verba é miserável e não há critérios de avaliação que priorizem o trabalho dos pesquisadores de maior sucesso científico. A Fundação do Banco do Brasil, que era muito eficiente, sumiu do mapa... O que sobra então é a empresa privada. Esta se interessa em pesquisa na área de meio ambiente? Ou em investir no desenvolvimento de um processo? Quem tem experiência em trabalhar com a indústria, nós na Engenharia, por exemplo, sabemos que ela quer um resultado, não um trabalho de longo prazo que permita formar um mestre, muito menos um doutor, e que esse resultado, na maioria das vezes, é confidencial. Também é discutível a ética do emprego de mestres e doutores, que são financiados por bolsas providas dos cofres públicos, na resolução de problemas de curto prazo, de resultados confidenciais, na empresa privada. Por outro lado, as grandes estatais distribuem seus recursos (públicos) para pesquisa sem realizar concursos públicos, e sim, na base do clientelismo. Sou da opinião que a teoria da “panela” não funciona quando se trata de competência ou de investimentos rentáveis em pesquisa científica e tecnológica.

5. O que fazer então? Não simpatizo com a idéia de fazer greve para pedir mais recursos públicos para uma instituição que já é ineficiente. Primeiro, porque os recursos liberados pelo MEC jamais chega-

rão até o meu laboratório. Segundo, por que a sofrida população brasileira deve continuar financiando um sistema educacional para os filhos da classe média e alta? Sejam claros. Se o Brasil vai se desenvolver dentro dos marcos de uma economia capitalista, a teoria atual ensina que o ensino universitário deve ser pago. Isso, somado a um vestibular unificado e a um sistema de crédito educativo eficiente, fará com que o ensino universitário seja realmente mais justo, que os melhores departamentos nas universidades recebam mais fundos e que os melhores professores e pesquisadores sejam mais respeitados. Dessa forma se acaba com o sistema atual, no qual um professor hiperqualificado na UFRGS leciona para sete alunos, enquanto na PUC ou na UNISINOS professores menos qualificados lecionam para trinta estudantes. Certamente, o ensino pago exercerá uma pressão enorme sobre todo o sistema educacional brasileiro, através de uma maior conscientização dos agentes envolvidos.

6. Logo, saio da UFRGS porque se me obriga a priorizar uma graduação para a qual não tenho uso. Minha pesquisa não tem fundos embora os jornais noticiem que minhas idéias estão recebendo verba. Meus alunos estrangeiros não recebem na UFRGS as bolsas que lhes oferecem outras universidades do país. Vejo laboratórios vazios enquanto nossos equipamentos não podem sair de suas embalagens por falta de espaço. Definitivamente, porque o conceito de Universidade que está sendo implementado não admite alguém com meu perfil. Eu quero ser pago para pesquisar, pensar, escrever e lecionar, tudo ao mesmo tempo e de uma forma criativa e artística. Tendo recebido bolsas de estudo de vários países, e portanto, havendo sido financiado por boa parte da humanidade para desenvolver o meu trabalho, não posso, honestamente, me aposentar ou capitular.

Dando este depoimento não quero ofender a ninguém. Esta não é uma crítica às pessoas e sim aos mecanismos empregados para definir a política educacional e científica neste país. É a visão de um estrangeiro que honestamente fez um esforço para se integrar e trabalhar pelo Brasil. Não com uma visão terceiro-mundista, senão com a visão de quem acha que tudo é possível e há muito que pode ser inventado e exportado a partir daqui. Boa sorte!”

O sistema que está funcionando na ADUFRGS vai funcionar para você também.

A ADUFRGS está muito bem servida em matéria e informática. É porque ela escolheu a BSA para fornecer os equipamentos. E acabou recebendo uma assessoria completa. Veja só os serviços BSA:

- venda, locação e assistência técnica para microcomputadores e periféricos;
- produtos Microcraft, Taurus e Sigma;
- todas as marcas de estabilizantes, nobreak's e impressores;
- linha completa de suprimentos (disquetes, fitas para impressoras, formulários contínuos, etiquetas, etc.).

FAÇA UMA CONSULTA SEM COMPROMISSO.

BSA INFORMÁTICA

LARGO DOS CAIXEIROS VIAJANTES - LOJA 10 - FONE (0512) 31-2111
(AV. GOETHE ESQ. MOSTARDEIRO) - CEP 90410 - P. ALEGRE - RS